



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

VII Legislatura
II Sessão Legislativa

Número: 36
Horta, Quarta-Feira, 23 de Janeiro de 2002

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 15 horas e 20 minutos.

Período de Antes da Ordem do Dia

Após a leitura da correspondência, o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores procedeu à leitura do **Voto de Congratulação**, subscrito por todas as bancadas com assento parlamentar, “**pela forma sentida, profunda e digna como a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul comemorou os 250 anos do Povoamento Açoriano no Brasil**”.

Submetido à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, proferiu uma declaração política o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, sobre a qual intervieram os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*), Fernando Lopes (*PS*), Victor Cruz (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*).

Posteriormente, passou-se ao período destinado às intervenções de interesse político relevante para a Região, onde usou da palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral (*PS*).

Período da Ordem do Dia

1º- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 14/2000/A, de 23 de Maio, (instrumentos de gestão territorial – adaptação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro).

Usaram da palavra os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Francisco Sousa (*PS*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*).

O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

2º- Reapreciação do Decreto Legislativo Regional – “Adaptação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei 29/2001, de 3 de Fevereiro, que estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas portadoras de deficiência nos serviços e organismos da administração pública, **proveniente do Gabinete de Sua Excelência o Ministro da República.**

Usaram da palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*), bem como os Srs. Deputados Francisco Barros (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*) e Paulo Valadão (*PCP*).

Submetida à votação foi aprovada por unanimidade.

3º- Reapreciação do Decreto Legislativo Regional nº 28/2001, que “estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional” (**baixou à Comissão**).

4º- Proposta de Decreto Legislativo Regional - “regime de participação na recuperação de habitação degradada”.

Feita a apresentação da proposta pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*) e José Decq Mota (*PCP*).

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 15 minutos)

Presidente: Muito boa tarde, Srs. Deputados.

Vamos proceder à chamada.

(Eram 15 horas e 20 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Dionísio Mendes de **Sousa**

Emanuel Mendonça **Furtado**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Henrique Correia **Ventura**

Hernâni Hélio **Jorge**

José António **Cabral** **Vieira**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José **Humberto** Medeiros **Chaves**

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís **Paulo** de Serpa **Alves**

Manuel **Avelar** da Cunha Santos

Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Óscar Manuel Valentim da **Rocha**

Paulo Manuel Ávila **Messias**

Renato Luís Pereira **Leal**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

António **Bento** Fraga **Barcelos**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

José **Francisco** Salvador **Fernandes**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José **Manuel** Cabral **Bolieiro** Dias

José **Manuel** Avelar **Nunes**

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**

Manuel Ribeiro **Arruda**

Manuel da Silva **Azevedo**

Mark Silveira **Marques**

Raúl Aguiar **Rego**

Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**

Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: **Estão presentes 48 Srs. Deputados. Pode entrar o público.**

Vamos iniciar o Período de Antes da Ordem do Dia com a leitura do expediente entretanto chegado à Mesa.

Secretário (*António Loura*): **Do Tribunal de Contas, remessa de cópias dos relatórios aprovados e homologados em sessão de 13 de Dezembro de 2001, sobre:**

- **Delegação Aduaneira de Angra do Heroísmo – Procº 27/2000**
- **Gabinete de Gestão Financeira do Emprego – Procº 4/2001**

Secretário (*Raúl Rego*): **Do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Matriz – Horta, apresentação de cumprimentos ao Sr. Presidente da Assembleia.**

Secretário (*António Loura*): **Da Junta de Freguesia do Capelo, ofício dando conta da constituição da Junta e Assembleia de Freguesia.**

Secretário (*Raúl Rego*): **Do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Salão, ofício dando conta da constituição da Junta de Freguesia.**

Secretário (*António Loura*): **Da Junta de Freguesia da Conceição, ofício dando conta da constituição da Junta e Assembleia de Freguesia.**

Secretário (*Raúl Rego*): **Do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Praia do Almojarife, ofício dando conta da constituição dos órgãos representativos da freguesia.**

Secretário (*António Loura*): **Da Junta de Freguesia de Pedro Miguel, ofício dando conta da constituição dos órgãos representativos da freguesia.**

Secretário (*Raúl Rego*): **Dos Srs. Deputados Costa Pereira, Duarte Freitas e Manuel Azevedo, do Grupo Parlamentar do PSD, requerimento do seguinte teor:**

Considerando os relevantes serviços que a antiga Empresa de Lanchas do Pico e que a Transmaçor, sua continuadora, prestaram aos habitantes do Faial, Pico e até de S. Jorge.

Considerando o inquestionável interesse público do transporte marítimo de passageiros no Canal Faial-Pico e no Triângulo.

Considerando que a Transmaçor, desde o aparecimento de outras empresas de transporte marítimo de passageiros, foi sempre considerada pelo Governo como enteada, enquanto outras eram filhas privilegiadas.

Considerando que apesar da Transmaçor não ter desenvolvido ao máximo a sua capacidade de gestão e de aproveitamento do mercado e de meios de transporte, o que é certo é que nos últimos anos se verificou uma melhoria na qualidade e quantidade dos serviços prestados.

Considerando que o Governo detém 20% do capital da Transmaçor e é proprietário do Cruzeiro do Canal e do Cruzeiro das Ilhas.

Considerando que o accionista maioritário da Transmaçor passou a ser, desde 28 de Novembro de 2001, a empresa Siturpico, por compra do capital detido na Transmaçor pela empresa Mareaçor.

Considerando que a falta de intervenção do Governo Regional dos Açores no acautelar dos interesses de uma empresa importante e histórica e da qual até é accionista, permitiu ou, até pelo seu silêncio, promoveu, durante a última época alta, no canal Faial-Pico, a existência de um regime de concorrência selvagem feito à Transmaçor pela empresa proprietária do barco rápido *Expresso do Triângulo* – a empresa Siturjorgense – que utilizava aquela embarcação em horários coincidentes com os praticados pela Transmaçor.

Considerando que as empresas Transmaçor, Siturpico e Siturjorgense têm o mesmo dono da maioria do capital.

Considerando que, por essa via, o transporte marítimo de passageiros no Canal e no Triângulo continua, assim, sujeito a um regime de monopólio de facto, em que uma empresa com capitais públicos como a Transmaçor se vê envolvida numa complexa mistura de interesses, como se comprova pela situação actual em que das quatro ligações diárias entre o Faial e o Pico, a Transmaçor está a realizar apenas duas,

enquanto as outras duas são efectuadas pelo barco *Expresso do Triângulo*, propriedade de uma empresa concorrente.

Considerando que, com este monopólio de facto, neste inverno já há uma ligação a menos do que no ano passado e, apesar das promessas do novo operador, continua a verificar-se uma grande falta de cumprimento dos horários nas ligações do Triângulo.

Considerando que com este monopólio de facto temos a partir de hoje um crescimento de preços que se situa entre os 6 e os 10% nos vários circuitos.

Considerando que nem os combustíveis, nem a inflação prevista, nem os aumentos salariais justificam tão grande crescimento dos preços.

Considerando ainda que o *Expresso do Triângulo* circula sem instruções em português nos equipamentos de emergência e com passageiros no convés superior exterior, onde nem existem cadeiras, pondo em causa a segurança dos utentes.

Os Deputados, abaixo assinados, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicitam as seguintes informações:

- a) Que apoios do Governo receberam as empresas citadas ao longo dos últimos seis anos?
- b) Qual o montante e a finalidade dos apoios concedidos a cada uma dessas empresas?
- c) As vistorias que permitiram a concessão do certificado de navegabilidade ao barco *Expresso do Triângulo* foram efectuadas pelo Instituto Nacional Portuário? Quando se realizaram e quem foi o técnico responsável pelas mesmas?
- d) Autorizou a Direcção Regional dos Transportes os horários praticados durante a última época alta pela empresa proprietária do barco *Expresso do Triângulo*, nomeadamente todas as alterações que se verificaram nos horários quer do Canal, quer do Triângulo?
- e) Autorizou a Direcção Regional dos Transportes os aumentos de passagens agora verificados e com que fundamentação, atendendo a que são os mais elevados que se registam desde há muitos anos e se verificam num contexto de descida global dos preços dos combustíveis?

- f) Autorizou a Direcção Regional dos Transportes que o barco *Expresso do Triângulo* tivesse deixado de escalar, no horário de inverno, o porto de S. Roque do Pico e com que fundamento?
- g) Autorizou a Direcção Regional dos Transportes que a Transmaçor fique privada, neste momento, de duas viagens diárias no Canal, que estão a ser realizadas por uma embarcação propriedade de uma outra empresa, concorrente, mas cujo proprietário é o mesmo que detém a maioria do capital da Transmaçor?
- h) Tem o Governo Regional dos Açores conhecimento dos efeitos que esta completa desregulação poderá provocar na situação financeira da Transmaçor, uma empresa de que o próprio Governo é accionista, que tem a responsabilidade de manter cerca de 35 postos de trabalho e que tem garantido com regularidade as ligações marítimas no Canal e no Triângulo?

Horta, 21 de Janeiro de 2001.

Os Deputados Regionais: *Jorge Costa Pereira, Duarte Freitas e Manuel Azevedo*

Secretário (*António Loura*): Do Gabinete do Defensor do Contribuinte, remessa da recomendação sobre falsas declarações de actividade.

Secretário (*Raúl Rego*): Do Ministro da República, para audição dos órgãos de Governo próprio, envio do Projecto de Decreto-Lei que estabelece o sistema de rastreabilidade e de controlo das exigências de informação ao consumidor a que está sujeita a venda a retalho dos produtos da pesca e da aquicultura.

Secretário (*António Loura*): Do Ministro da República, para audição dos órgãos de Governo próprio, envio para parecer, do Projecto de Decreto-Lei que estabelece o Estatuto de Pessoal dos Bombeiros Profissionais da Administração Local.

Secretário (*Raúl Rego*): Do Ministro da República, para audição dos órgãos de Governo próprio, envio do Projecto de Decreto-Lei que transforma a Entidade Reguladora do Sector Eléctrico em Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e aprova os respectivos Estatutos.

Secretário (*António Loura*): Do Ministro da República, para audição dos órgãos de Governo próprio, envio para parecer, do Projecto de Decreto-Lei que aprova a extensão das competências de regulação da ERSE às Regiões Autónomas no âmbito das actividades de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica, previstas nos artigos 5º e 6º do Decreto-Lei nº 182/95, de 27 de Julho.

Secretário (*Raúl Rego*): Do Ministro da República, para audição dos órgãos de Governo próprio, envio do Projecto de Decreto-Lei que altera o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado em anexo ao Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, no que respeita às regras provisionais.

Presidente: Concluída a leitura da correspondência, informo que a mesma se encontra à disposição de V. Exas, como é regimental.

Passo à leitura do Voto de Congratulação, subscrito por Deputados de todos os grupos parlamentares.

Voto de Congratulação

1. No passado dia 16 de Janeiro, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil comemorou, com grande dignidade, os 250 anos do Povoamento Açoriano daquele território.

Nessa data completaram-se exactamente 250 anos sobre o dia em que o General Gomes Freire de Andrade, enviado da Coroa Portuguesa, fez publicar o Bando Convocatório, determinando a ida de casais açorianos de Santa Catarina para o Rio Grande do Sul. Dessa determinação do Representante da Coroa resultou a ida para o Rio Grande do Sul, nesse ano de 1752, de 2278 açorianos, que se instalaram em várias áreas desse vasto território. O número de açorianos nessa época conduzidos para o Rio Grande do Sul, correspondia a dois terços da população total que se empenhava na colonização e desbravamento dessa zona do Brasil.

2. Constituindo uma Comissão Especial para as Comemorações dos 250 anos do Povoamento Açoriano e convidando uma Delegação deste Parlamento dos Açores para participar nos Actos Solenes de Comemoração, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul quis assinalar, com grande ênfase, a importância da colonização açoriana naquele Estado.

Na Sessão Solene Comemorativa realizada no passado dia 16 de Janeiro, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o Presidente da Comissão Especial, Deputado Vieira da Cunha, disse (e passo a citar):

“Pode dizer-se, portanto, sem exagero, que o nosso Rio Grande do Sul, há 250 anos, é um Estado Açoriano, assim como hoje ainda o é, predominantemente. A chegada ao nosso Estado, mais tarde, dos alemães, depois dos italianos e de tantos outros povos, somando-se aos índios, aos portugueses e negros, resultou nesta miscigenação maravilhosa, neste povo hospitaleiro, afável, trabalhador e sincero, nesta síntese que é o gaúcho.”

Mais adiante, dizia o Deputado Vieira da Cunha (e cito novamente):

“Ao povo Açoriano que, com o suor do seu rosto, contribuiu pioneira e decisivamente, geração após geração, para que o nosso Rio Grande fosse o que hoje é, a nossa homenagem (...) Aqui estamos os Silva, os Sousa, os Oliveira, os Nunes, os Soares, os Azevedos, os Monteiro, os Silveira, os Goulart, os Dorneles, os Dutra, os Medeiros, os Pereira, os Menezes, os Rosa, os Melo, os Dias, os Pinheiros, os Mota, os Mendonça, os Santos e tantas outras milhares de famílias de descendência Açoriana.

São milhões de pessoas só aqui no extremo Sul do Brasil. Somos o fruto daquelas sementes que se transportaram há dois séculos e meio dos Açores para cá e germinaram” (fim de citação).

3. Foi, portanto, neste ambiente de grande apego às raízes açorianas, que a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, comemorou os 250 anos da colonização proveniente das nossas ilhas.

Mas essa forte ligação e esse ilimitado apreço pela ascendência açoriana é visível em inúmeras localidades e tem sinais muitíssimos vivos na religiosidade, na música, na arquitectura e nos costumes, sinais esses que são permanentemente postos em evidência pelas instituições e pelos agentes culturais.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul instituiu também uma Comissão Coordenadora das Comemorações dos 250 anos da Colonização Açoriana e, em conjunto com diversas Prefeituras e Câmaras de Vereadores, está a promover muitos actos comemorativos em diversas áreas do Estado.

4. Para a Delegação desta Assembleia Legislativa Regional, que se deslocou ao Rio Grande do Sul, a qual tive a honra de chefiar e que foi constituída por representantes de todos os Grupos Parlamentares, os dias vividos naquele Estado foram de grande emoção. Sentir, como sentimos, nos actos solenes da Assembleia Legislativa, na Recepção do Governador, nas inúmeras sessões em Câmaras de Vereadores, nos espectáculos comemorativos e no convívio quotidiano, que estávamos numa terra com pessoas que muito se orgulham de ter uma ascendência comum com a nossa, é um sentimento muito especial e muito forte.

Muito especial, porque prova que nestas nossas pequenas ilhas no meio do Atlântico Norte foi possível gerar valores que se impuseram lá bem para Sul, a mais de oito mil quilómetros de distância. Muito forte, porque os traços determinantes desses valores são claramente visíveis dois séculos e meio depois.

A forma como a Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores foi recebida no Rio Grande do Sul foi, ela própria, uma exemplar homenagem ao trabalho que os nossos antepassados desenvolveram na construção daquele Estado.

Tendo em conta o exposto e nos termos Estatutários e Regimentais aplicáveis, os deputados signatários propõem o seguinte:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores, reunida em Plenário no dia 23 de Janeiro de 2002, expressa a sua muito viva congratulação pela forma sentida, profunda e digna como a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul comemorou os 250 anos do Povoamento Açoriano.

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores regista, igualmente, o grande valor cultural, histórico e político de todos os actos comemorativos do Povoamento Açoriano que estão a ser desenvolvidos pelas mais diversas Autoridades Estaduais, Municipais e agentes culturais do Rio Grande do Sul.

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores manifesta o seu profundo reconhecimento pela forma inigualável como a sua delegação foi recebida no Rio Grande do Sul pela Assembleia Legislativa, por todas as entidades que teve a honra de contactar e, de forma geral, pelo povo gaúcho.

Sala das Sessões, 23 de Janeiro de 2002.

Os Deputados Regionais: *Fernando Menezes, Manuel Herberto Rosa, Humberto Melo, Alvarino Pinheiro e José Decq Mota.*

Vamos passar à votação deste voto.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem do Dia.

Para uma declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa altura em que a situação política do país se encontra numa fase de particular dinamismo e agitação, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende ser útil, adequado e, pelo que temos visto, necessário, clarificar alguns aspectos relativamente a esta questão.

Para isso, recorre à figura de Declaração Política, regimentalmente prevista e nesta situação sobremaneira aplicável!

Entendemos, em primeiro lugar, que este corresponde a um exercício duma autonomia política que entendemos potenciadora e não limitativa da intervenção, numa autonomia política que se abra definitivamente ao país e que se assuma como um dos seus importantes personagens institucionais. Se esse acaba em última instância por ser o fundamento ou a legitimidade para esta Declaração Política, também não é menos verdade que, do ponto de vista dos objectivos, a análise da situação política do país, e até o seu confronto com a situação política regional, assume-se como um exercício particularmente elucidativo e esclarecedor para alguns espíritos quanto a manifestas diferenças e semelhanças.

Mas, antes de entrarmos numa análise mais aprofundada sobre este tema, não podemos deixar de tecer algumas considerações sobre aquilo que significaram para a Região Autónoma dos Açores, ou melhor, o que significaram para as autonomias regionais dos Açores e da Madeira o período dos Governos da República presididos pelo Eng^o António Guterres.

Findo o período das maiorias absolutas do PSD e dos Governos do Prof. Cavaco Silva, que muitos, não hesitam em considerar como um período de trevas para as autonomias regionais, a postura solidária, dialogante, respeitadora e empenhada que o Primeiro-Ministro que agora cessa funções, assumiu para com os Açores e para com a Madeira, merece destaque nesta hora, e, na nossa perspectiva, uma palavra de reconhecimento da parte de todos os verdadeiros autonomistas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O Primeiro-Ministro António Guterres, que não nos choca considerar como um autonomista, soube ser um intérprete fiel do projecto político que o Partido Socialista apresenta para as autonomias regionais.

No entanto, neste momento de opções que o País atravessa, nesta verdadeira encruzilhada em que as autonomias regionais se encontram e que se decidirá no próximo dia 17 de Março, tão ou mais importante do que lembrar o homem e os seus contributos, é falar do Projecto que, ao longo de aproximadamente, seis anos o Partido Socialista tem implementado e que constituiu um verdadeiro reflorescer das autonomias dos Açores e da Madeira.

O fazermos incidir a nossa análise no projecto que o Partido socialista assume como seu e dirigido às regiões autónomas, tem, no momento político que o País atravessa, uma dupla função:

Por um lado, serve de critério para se ajuizar daquilo que dele foi realizado;

Por outro, permite o confronto com o modelo que o antecedeu e que agora, com alguma preocupação, vemos ressurgir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A constatação e a referência ao projecto que o Partido Socialista defende, e que, no Governo da República, quotidianamente, realizou, permite-nos salientar a sua perenidade, a sua validade e o muito que ainda é possível realizar a bem dos Açores e da Madeira. Mas um outro aspecto não pode passar despercebido é que esse projecto não se esgota num homem, este é, um objectivo que transcende um indivíduo e que se afirma, clara e inequivocamente, como um projecto de partido, um objectivo de todos os socialistas; militantes e simpatizantes!

Não deixa, por isso, de ser curiosa a perspectiva que alguns querem fazer passar de que a situação política nacional arrastará, implacavelmente, a situação política regional.

Aliás, quer durante o período de campanha para as eleições autárquicas, quer posteriormente, várias vezes se viu o líder do maior partido da oposição de dedo em riste e numa preocupante postura de mal disfarçada arrogância...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Olha a moda! Não sabem dizer outra coisa!

O Orador: ... afirmar que estávamos perante o fim do Governo Socialista no país, para logo, sentenciar de morte o Governo do Partido Socialista na Região.

Esta postura que se repete com cada vez maior frequência e com um, também cada vez maior, grau de intensidade, só pode ser fruto do desespero ou, qual das duas a pior, duma completa turvação de perspectiva.

Deputado João Cunha (PSD): Do vosso desespero!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Seja por uma ou por outra razão, o facto é que as palavras do líder do PSD e a arrogância que as mesmas deixam transparecer contrastam duma forma gritante com as profissões de fé que tanto tem feito nas virtudes da humildade democrática, e, que pelos vistos, pouco tem praticado.

No entanto, quando, consciente ou inconsciente, se assume uma postura de tal forma turva e nebulosa, falar claro nesta Câmara e falar claro aos açorianos mais do que um direito é uma obrigação democrática.

Por muito que custe ao PSD aceitar, e pelos vistos custa, o facto é que o projecto do Partido Socialista para as autonomias regionais não está dependente de um homem.

Deputado João Cunha (PSD): Qual projecto? Nunca tiveram nenhum!

O Orador: Assim é, não só porque não há no Partido Socialista o hábito de messianizar ninguém, mas também, e sobretudo, porque este projecto é assumido pelo PS na sua globalidade, este inédito entendimento das autonomias regionais introduzido e realizado pelo Partido Socialista constitui uma das mais valiosas peças do património político dos socialistas portugueses.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Conforme se percebe, não é pela circunstância, feliz, mas que nem por isso deixa de ser acessória, da existência de um excelente relacionamento pessoal e político entre o Primeiro-Ministro e o Presidente do Governo Regional dos Açores que se justifica o período que se revela particularmente fértil para as autonomias regionais.

Esta perspectiva que é politicamente primária, redutora e simplista não resiste, desde logo, à constatação de que também a Região Autónoma da Madeira apesar do temperamento volátil e exuberante discurso político do Dr. Alberto João Jardim beneficiou, e com toda a legitimidade refira-se, dos méritos que a actuação do Partido Socialista ao nível do Governo da República acarretou para as Regiões Autónomas.

É a realidade a desmentir o discurso político dúbio e de meias verdades!

Por outro lado, a autonomia política que o Governo Regional dos Açores sempre exercitou com convicção e sentido da responsabilidade é mais uma machadada no discurso falacioso e enganador que o PSD tem vindo a adoptar.

A definição de políticas autónomas em áreas como, por exemplo, dos combustíveis e dos concursos para professores, são a prova da existência de caminhos que, pese embora a semelhança de preocupações em áreas de actuação governativa, são claramente distintos e autónomos no modo como são trilhados, o que acarreta resultados também eles distintos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

À parte pactos secretos que os vários líderes do PSD/Açores dizem ter celebrado com os seus congéneres nacionais, mas cujo conteúdo ninguém conhece e que são, por isso, politicamente inexistentes, as questões são as mesmas, o programa o mesmo, e, assim sendo, mantendo-se as premissas o resultado só poderá ser o mesmo.

O PSD/Açores encontra-se refém de um tempo que já passou, de uma agenda política que, no que respeita à República, requer um “aggiornamento” que esse partido, por inabilidade ou autismo políticos, se recusa a fazer.

Da parte do todo nacional, porém, o panorama não é mais animador.

Aí surge-nos uma figura que está indelevelmente marcada pelo ferrete do cavaquismo e de todas as consequências que o mesmo acarretou para as Regiões Autónomas; surge-nos uma figura que perfilha claramente a perspectiva cavaquista de um relacionamento das Regiões Autónomas pautada pela demissão de responsabilidades pelo imobilismo em prejuízo das regiões pela postura arrogante de considerar as regiões autónomas como um ente estranho e intruso no todo nacional.

Um exemplo?

Fácil!

Exactamente num domínio essencial para a afirmação da economia regional e importante, até para o reforço da autonomia política como foi o caso do concurso dos transportes aéreos realizados em 1999, o então já líder do PSD, dando provas de uma postura autonómica que em nada evoluiu desde o tempo em que foi Ministro do Prof. Cavaco Silva, resolve levantar dúvidas sobre os critérios que levaram à vitória da SATA, chegando mesmo a afirmar que se o PSD fosse Governo o resultado não teria sido aquele.

As levianas insinuações de que critérios políticos haviam estado na base do resultado do concurso mereceram mesmo um voto de protesto aprovado por esta Câmara.

Não existe aqui nenhuma conversão de última hora, não existe um evoluir de perspectiva relativamente às autonomias regionais existe, tão só e apenas, o regresso de um discurso já conhecido e a ameaça, bem presente, de retorno a uma prática de má memória.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista, bem como muitos e muitos autonomistas convictos não Socialistas, assumem, quer nos Açores, quer no todo nacional, um projecto político em que as autonomias regionais tem um lugar cimeiro nas preocupações de coesão do território nacional, de desenvolvimento harmonioso e integrado do país e de

obviar a factores negativos como a insularidade e a ultraperiféricidade. Este foi a posição ainda ontem reafirmada pelo Secretário-Geral do PS, Dr. Eduardo Ferro Rodrigues.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Não se trata de um projecto que se resuma a mais milhão ou menos milhão ou então, como malevolamente se tenta fazer passar, a quem é mais amigo de quem!

Como afirma desde o início o Presidente do Partido Socialista/Açores e Presidente do Governo Regional dos Açores, “Amigos, Amigos Açores à parte!”

É, assim, no mérito objectivo e realista de um projecto, e não em factores circunstanciais de bom relacionamento, que reside a validade política de uma autonomia robusta, exigente e eficaz apoiada por muitos socialistas e não socialistas que são autonomistas convictos.

E é nessa autonomia e sobretudo, na forma como ela for materializada, que se poderá quando muito buscar a consequência de adjectivas num relacionamento.

Ainda recentemente foi lembrado nesta câmara as críticas dirigidas pelo Governo Regional a um Instituto dependente do Governo da República.

Esta será mais uma prova, se provas ainda fossem necessárias, que na prossecução deste projecto, na materialização dos seus objectivos o Partido Socialista coloca acima de tudo o interesse dos Açores.

Assim foi, assim é e assim será!

É importante, por isso, os açorianos saberem que o PS/Açores não recua nem um milímetro na sua caminhada de aprofundamento da nossa autonomia, não se detém um segundo na realização dos seus objectivos de mais progresso e mais desenvolvimento para os açorianos, não abdicará um passo de uns Açores mais fortes, mais respeitados, mais prestigiados.

A nossa postura permanece, por isso, actual e válida.

Sempre colaborar quando dessa colaboração resulta benefícios para os Açores, arrepiar caminho e criticar quando as situações ou os comportamentos não servem os interesses açorianos!

Com a mesma validade, com a mesma naturalidade e com o mesmo empenho
“Amigos, Amigos, Açores à parte!”

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses. Dispõe de 3 minutos.**

Deputado Clélio Meneses *(PSD)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Entre o elogio fúnebre do poder Socialista, os ataques insultuosos e instruídos ao PSD e os medos das próximas eleições legislativas nacionais, navegou a dita declaração política que agora assistimos.

Deputado Mark Marques *(PSD)*: **Muito bem!**

O Orador: **De resto, vem sendo estratégico, porque instruído, os epítetos de arrogância relativamente ao PSD.**

Meus senhores, perguntem ao povo o que é que ele acha das acções que o PSD tem tomado?

Secretário Regional Adjunto da Presidência *(Francisco Coelho)*: **Já perguntámos!**

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: **Já acalmaram?**

Esses ataques de arrogância cada vez que o PSD tomava uma decisão em defesa dos interesses dos açorianos – ainda há pouco tempo o PSD tomou uma posição em relação ao aumento dos transportes terrestres – não têm a ver com a realidade.

Cingiu-se, pura e simplesmente, a fundamentos técnicos e a citar entidades credíveis como são a OCDE e o Banco de Portugal.

Não fez qualquer adjectivação, não fez qualquer juízo de valor sobre políticas. Apenas evidenciou o aumento que não tinha subjacente os critérios que devem estar subjacentes nesse tipo de aumentos, designadamente o aumento de combustíveis, o aumento da inflação e o aumento dos salários.

O Governo por falta de argumentos e levado nessa instruída atitude de ataque insultuoso ao PSD, foi logo classificando o PSD com adjectivos – arrogante, ignorante, deslexia, demagogia – que descredibilizam as posições. Os senhores não têm nada com que adjectivar. Adjectivam, pura e simplesmente.

Por sinal, o Governo da República dois dias depois veio dar razão ao PSD e aumentou os transportes colectivos em 2,5%. Aí está demonstrada a razão do PSD e a falta de razão por parte do PS.

Nós temos assistido a uma grande dificuldade em assumir o resultado das últimas eleições autárquicas por parte do PS e a um grande medo relativamente àquilo que pode acontecer a 17 de Março próximo.

Por isso, assistimos a uma declaração política de disfarce e de ilusão, porque não se baseou naquilo que deve basear a acção política, a realidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

O Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista entendeu, com toda a legitimidade regimental e política, fazer uma declaração política

caracterizadora, do seu ponto de vista, da situação política nacional e das relações que ela tem com a situação política nacional no actual contexto.

Como disse, fê-lo com toda a legitimidade. Entretanto, não é essa legitimidade que pode ou vai impedir que se façam as análises que se consideram justas sobre o conteúdo e o objectivo da declaração política em questão.

É evidente que esta declaração política surge hoje – e valoriza o debate político na Assembleia Legislativa Regional – num contexto de alteração política nacional que não se sabe até que ponto irá.

Esta declaração política surge como uma peça de um posicionamento político num quadro que vai ter, a breve trecho, nomeadamente em termos eleitorais, desenvolvimentos concretos. Nesse contexto, é curioso sublinhar alguns aspectos:

Acho que a sua declaração política é relevante. Revela uma alteração de posição no quadro em que estamos. Põe em evidência um facto com o qual esta bancada concorda e já o afirmou várias vezes.

Em 95, 96 e 97 a diferença que se notou nos Açores veio da República, mas não foi gerada a partir de 96 pelo Governo dos Açores. Por outras palavras: quando o Partido Socialista ganhou as eleições para o Governo da República, houve alterações importantes – NAV II, Lei de Finanças Regionais, preços dos transportes – algumas das quais efectivadas ou anunciadas, auxiliaram a vitória eleitoral que V. Exas. tiveram no fim do ano de 96, mas caracterizaram todo o período do mandato do vosso primeiro Governo, porque no que respeita à política interna, não vimos a mesma correspondência em alterações de política que eram necessárias em sectores tão importantes como a agricultura, a pesca, a educação, a saúde, etc..

O que vimos nalguns desses sectores, e já foi aqui referido o da educação, foi uma orientação com um rumo muito pouco definido e com um zigzague sempre muito acentuado, mas com um objectivo que é preciso, concreto, mas desregulador.

É neste quadro de alteração que o Partido Socialista e o Governo da República tiveram importância na definição das novas condições em que a política regional dos Açores se desenvolve, que chegamos à sua declaração política, à necessidade que V. Exa, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS, teve de fazer esta declaração política.

Nós somos autonomista convictos. É necessário que sejamos todos autonomistas convictos no essencial e o essencial é na convicção que tem que haver repartição de poderes, tem que haver exercício, medidas específicas tomadas na República e na Região; é na convicção de que a Assembleia Legislativa tem o seu papel, tal como o Governo tem o seu, e de que o Governo deve invadir a esfera de actuação da Assembleia Legislativa.

Presidente: **Sr. Deputado agradecia que concluísse.**

O Orador: **E o comentário que queria fazer à declaração política de V. Exa. vem exactamente no sentido de que nenhum de nós é adivinho. Não sabemos qual é o futuro, mas temos que saber defender os Açores perante a soberania nacional e não esperar que seja a soberania nacional a resolver os problemas dos Açores.**

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: ***Muito bem! Muito bem!***

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.**

Deputado Fernando Lopes (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:**

Em primeiro lugar, para que fique registado em Diário das Sessões a incorrecção à intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses: deslexia não é adjectivo, é substantivo - em defesa do português.

Em segundo lugar, para comentar esta afirmação e os comentários subsequentes, nomeadamente do Sr. Deputado Decq Mota ao que considera fundamental conseguir ou não, no projecto do Partido Socialista, para as autonomias.

Fez uma divisão entre o que considera pertencer ao domínio interno e ao domínio externo. Eu diria antes que não estamos aqui a falar do domínio interno, nem do domínio externo. Estamos a falar de níveis de realização e de agentes onde é possível que essas alterações se façam.

A alteração à Lei das Finanças Regionais não pertence ao domínio externo. Como é evidente, é algo que parte da Assembleia, da discussão política interna na Região. Portanto, é do domínio interno. Se para a realizar é necessário uma Lei da República, então que se faça.

Da mesma forma que não pertence ao domínio externo tudo aquilo que se fez ao nível da Revisão Constitucional, Região tem e nos domínios onde pode desenvolver políticas.

Da mesma forma que não pertence ao domínio externo, mas que é importante, embora noutra perspectiva, o que se conseguiu no domínio da construção europeia com a revisão do Tratado de Maastricht e com o artigo que consagra os princípios da modelação e das diversidades políticas para as regiões periféricas.

É evidente que sem enquadramentos destes que receberam o epíteto de externos, não se poderia iniciar um ciclo novo nas autonomias dos Açores e da Madeira.

Como é evidente, não é possível ainda hoje aos Açores, sem a consolidação financeira, sem o esclarecimento dos poderes legislativos, sem o enquadramento correcto ao nível da União Europeia com o alargamento do mercado único e hoje em dia o caminho progressivo da união política, trilhar a senda da autonomia. Isso é fundamental se internamente, ao nível das políticas concretas, nós, nos órgãos próprios, continuarmos a trilhar esse caminho. Essa é outra discussão, mas não faz sentido estar aqui a dividir actores internos e actores externos, até porque os maiores defensores e os protagonistas primeiros dessas alterações foram açorianos. Se depois os agentes finais que realizaram foram outros, não vem aqui ao caso.

Muito obrigado.

Deputado Dionísio Sousa (*PS*): **Muito bem!**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.**

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:**

Apenas duas breves notas, nomeadamente em relação à intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses.

O Partido Socialista não tem, conforme foi deixado muito claro pelo Sr. Presidente na noite das eleições autárquicas, qualquer problema com as eleições autárquicas, nem com os seus resultados.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não parece!

O Orador: Aliás, o senhor certamente recordar-se-á da expressão do Presidente do PS Açores: “onde o PS ganhou, ganhou; onde o PS perdeu, perdeu!”.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Foi nos Açores!

O Orador: Para além disso, também foi reconhecido que os objectivos principais, nomeadamente ao nível de presidências de Câmara, não foram alcançados.

Deputado Victor Cruz (PSD): É uma questão à “la palice”!

O Orador: Não é uma questão “la palice”, Sr. Deputado Victor Cruz. É uma questão de contrariar uma posição e uma perspectiva de que V. Exas. querem, desesperadamente, fazer passar.

A questão do problema com as autárquicas, se alguém a tem, não somos nós.

Quanto à questão de injustos epítetos de arrogância, “quem der um passo para contribuir para divisões internas, será imediatamente castigado pelo partido no minuto a seguir!”. Sabe quem é que disse isto, Sr. Deputado? Sabe como é que eu caracterizo isto? Eu caracterizo como um sintoma de arrogância.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Isso foi dito pelo líder do seu partido.

Há mais:

Deputado Victor Cruz (PSD): Ah, há? Então não há?!

O Orador: Noite das eleições:

“Ao contrário de Carlos César, Victor Cruz preferiu saudar apenas os vencedores do acto eleitoral de ontem!

Deputado Victor Cruz (PSD): É mentira!

O Orador: Está no jornal e os senhores não desmentiram. De acordo com o vosso critério, é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Isso são sintomas claros de arrogância.

Quer contrariar?!

“Na noite de mais uma derrota rosa em eleições nos Açores, Carlos César manifestou o desejo de que todos os candidatos eleitos às Câmaras Municipais tenham como objectivo a colaboração com os poderes instituídos na Região, para que todos possam trabalhar pelo progresso dos Açores.” Isto não é arrogância. Isso não foi desmentido. Isso é verdade!

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): A falta de argumentos é incrível!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Lopes:

Em primeiro lugar queria agradecer as suas observações e por uma razão, não por concordar com elas, como se vai ver, mas pelo tom que o Sr. Deputado colocou nas observações que fez às opiniões que eu exprimi. Penso que é importante que consigamos muitas vezes nesta Assembleia, no debate político, ultrapassar o nível da “guerra partidária escrita”, que muitas vezes marca afirmações de vários lados.

Entretanto queria esclarecer que não tive intenção de fazer nenhuma divisão estanque entre procedimentos de domínio interno e de domínio externo. Quis referenciar factos, ou seja, o Governo do Partido Socialista a nível da República, a partir de 1995, desbloqueou alguns dossiers que estavam completamente bloqueados

nos 10 anos anteriores, como o das Finanças Regionais, o do NAV II, que era dado já como perdido, e outras matérias.

Isso teve importância política geral para os Açores, teve importância política estrita para o Partido Socialista nos Açores, porque ajudou a que ganhasse as eleições. É um facto, Sr. Deputado.

Mas acrescentei que caracterizou, deu fôlego, foi “o vento que alimentou a vela” durante todo o primeiro Governo do Partido Socialista, porque entretanto olhando para o exercício das competências próprias, não se verificaram as modificações que alguns esperavam e que os Governos prometeram em muitos domínios.

Foi esta a diferença que quis estabelecer, exactamente como agora se nota uma outra diferença de algum tempo a esta parte, ou seja, desde o dia 16 de Dezembro para cá, começa-se a ouvir aqui e além alguma declaração de algum responsável num tom mais reivindicativo, num tom mais contestatário, num tom mais duro, fazer-me pressagiar que se calhar daqui a algum tempo a postura já não será de cooperação, mas de confrontação.

Gostaria de dizer com clareza que do ponto de vista da minha bancada e do meu partido, a postura tem que ser sempre de cooperação, independentemente da titularidade dos poderes cá e lá, seja qual for o partido ou partidos responsáveis pelo Governo da República e o partido responsável pelo Governo da Região Autónoma dos Açores.

Receio que estejamos a entrar numa roda que dê uma volta completa para voltar a tocar o mesmo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro e sabendo que há muito para conversar, mas não há tempo para tudo, começo por falar na questão da humildade e da arrogância.

Lembro ao Sr. Deputado e a todos aqueles que estão nesta Casa, que fui porta-voz do Partido Social Democrata, se a memória não me falha, nas últimas eleições autárquicas. Depois de uma inquestionável vitória do Partido Social Democrata, fiz daquela tribuna uma intervenção que julgo, com humildade, ter sido de bom senso,

de equilíbrio, de saudação aos que venceram, de reconhecimento pelo bom trabalho daqueles que foram vencidos, ao ponto de levar também aplausos de deputados da sua própria bancada.

Portanto, quando ganhamos e quando perdemos e sobretudo quando fui porta-voz há 4 anos de uma clara vitória do Partido Social Democrata, eu que sou o mesmo de sempre e que não mudo consoante dá jeito ao Partido Socialista, fui humilde e aplaudido por alguns dos vossos deputados e é essa a leitura que faço, justamente hoje, sobre a vida política açoriana e sobre as eleições.

Quanto à questão referida pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro que fala num discurso que eu faço para o interior do meu próprio partido, dizendo que aqueles que forem responsáveis pela falta de humildade serão castigados pelo partido, eu explico: o PSD agora presente as vitórias, sabe que pode ganhar, que já ganhou e que pode voltar a ganhar e o próprio PSD (não sou eu!) não perdoaria alguém que não contribuísse para essa unidade.

Portanto, é um discurso, não para o exterior, mas para o interior. Não é um discurso arrogante, é um discurso de quem sente a responsabilidade de que está numa onda de vitória.

Há um problema com o Partido Socialista. Nós dizemos que é preciso defender os açorianos em matérias como os combustíveis, a agricultura, as pescas, o comércio ou a indústria e sempre que discordamos do Governo passamos a ser classificados de arrogantes. Quem discorda do Governo e do Partido Socialista é, necessariamente, arrogante.

Para sermos humildes tínhamos que ser um partido caladinho e obediente aos altos desígnios do Partido Socialista.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não pode ser!

Nós estamos aqui para dizer o que achamos que vai mal. Dizer o que está mal, com menos ou mais adjectivos, não é arrogância, é a solução das nossas responsabilidades como um verdadeiro partido da oposição.

Quanto ao facto de eu ter dito em comícios do Partido Social Democrata, estando lá alguns que perderam, outros que ganharam as eleições autárquicas, que a vitória no plano nacional do Partido Social Democrata seria o fim da governação socialista, não pode criticar-me nem chamar-me de arrogante. Pode apenas comentar “meu caro amigo, você acertou”. Foi o que eu fiz, acertei!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Não é arrogância perceber o sentido nacional destas eleições. O Dr. Durão Barroso, de quem o senhor, o mesmo porta-voz do PS, já disse daquela tribuna que era um mau líder, que não se aguentaria e que eu era igual a ele, tentando com agonia antecipar o fim do líder do Partido Social Democrata, se calhar está prestes a ser futuro Primeiro-Ministro de Portugal.

Portanto, tal como na Câmara de Ponta Delgada, agora com Durão Barroso e se calhar comigo, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro é constante, ou seja, engana-se sempre nessas matéria.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Eu retirei o sentido nacional das eleições.

Agora, pame-se!...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Vou terminar com a mesma rapidez com que Guterres acabou depois das eleições, ou seja, em segundos.

Antes das eleições eu retirei a mesma conclusão que o Sr. Eng^o António Guterres retirou das eleições autárquicas. Ele entendeu que devia acabar a sua carreira política. O senhor, só porque eu adivinhei isso antes, chama-me arrogante. É preciso não ter mais argumentos e estar num estado de aflição muito grande. É nesse estado que se encontra o PS neste momento.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas do Governo:

Eu começaria por dizer, já que o debate está tão animado, que considero de alguma inutilidade discutir nesta Câmara resultados de eleições, por uma razão simplicíssima: estão os representantes do povo a discutir um daqueles actos em que, felizmente, o povo não precisa de representantes. Age e exerce o poder político directamente, votando.

As eleições são, felizmente, o que são e o resultado relativamente às autárquicas foi aquele que nós conhecemos.

De qualquer modo, há várias leituras possíveis sempre com os mesmos factos.

Eu, sinceramente, quando olho para o resultados destas autárquicas vejo que foi dos piores resultados, das autárquicas, da história do PSD/Açores. É isso que eu vejo e é isso que os números dizem.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é que é arrogância!

Deputado Clélio Meneses (PSD): 13-5!

O Orador: Também vejo que as autarquias que o PSD perdeu, perdeu-as em grande parte devia a problemas partidários que, pelos vistos, a actual liderança não soube atalhar (veja-se o caso do Corvo e de Santa Cruz das Flores).

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): E o da Povoação!

O Orador: Esta é a minha leitura e graças a Deus também tenho, como cidadão, direito a ela.

Deputado João Cunha (*PSD*): O Sr. Secretário Francisco Coelho está precisando de ir ao relojoeiro!

O Orador: Quando a minha intervenção não perturbar os vossos apartes, eu continuo.

Presidente: Srs. Deputados, deixem o Sr. Secretário concluir o seu raciocínio.

O Orador: Já que se falou em Governo Regional e em Governo da República, gostaria também de dizer, que achei interessante e significativas algumas das intervenções feitas aqui, nomeadamente a intervenção do Sr. Deputado José Decq Mota.

Talvez por ter um tom algo habitual e de elogio fúnebre, foi também a primeira vez que o vi elogiar algumas das medidas do Governo da República.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): Está enganado!

O Orador: Provavelmente estarei enganado.

De qualquer modo, gostava de lhe dizer que esse elogio não era inocente. O que o Sr. Deputado quis dizer foi que muito do bom que aconteceu nos Açores se deveu ao Governo da República. Eu também acho que sim, mas deveu-se também ao Governo Regional, à sua capacidade de execução, de tomar medidas, de decidir e àquilo que fez.

Espero que os açorianos também tenham percebido isso, e é preciso dizê-lo sem tibiezas, porque o discurso hoje do Sr. Deputado Decq Mota foi o mesmo de há um mês. Este Governo da República foi, seguramente, um dos melhores, senão o melhor Governo da República para as Regiões Autónomas.

As medias estão aí tomadas e felizmente vão perdurar para além deste Governo.

Isso significa algo de fundamental, é que os partidos e os princípios também interessam, a coerência não é descartável, nem dispensável. Portanto, o que é preciso que se diga e que se reconheça é que o Partido Socialista é autonomista nos Açores, mas também é autonomista em Lisboa; o Partido Socialista é autonomista no Governo Regional, é autonomista no Governo da República. Outros, infelizmente, com bastas provas dadas, não foram assim. É isso que os açorianos têm que ter consciência e é isso que os açorianos também têm que perceber como portugueses. Obviamente, a sorte do Governo da República não lhes é indiferente.

Aqueles que já lá tiveram, tiveram comportamentos completamente diferentes.

O PS, felizmente, nunca teve que mandar fazer folhetos a falar mal do Governo da República e a falar mal daquilo que o Governo da República do Prof. Cavaco Silva dizia das Finanças Regionais.

É preciso coerência sob pena de sermos como D. Pedro que era liberal em Portugal e era imperador no Brasil e sob pena de sermos – e alguns também correm o risco de ser – renovadores nos Açores e ortodoxos em Lisboa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria de agradecer ao Sr. Deputado José Decq Mota os comentários que fez à minha intervenção.

Eu tenho falado pouco, mas prefiro falar pouco e só nas circunstâncias e nos momentos que considero importantes. Penso que este é um momento importante e o que estamos aqui a discutir é válido.

A segunda intervenção do Sr. Deputado Decq Mota, ao esclarecer a primeira, demarca claramente qual foi a sua intenção. A sua intenção foi afirmar que houve um Governo Socialista bom lá fora, e o mau Governo Socialista nos Açores.

Eu penso que o teor da declaração política do Presidente do Grupo Parlamentar do PS e a minha intervenção, centram esta questão de outra forma. Não estamos a falar só de governos, nem principalmente de governos, embora o Governo da República do Partido Socialista, mesmo antes dos socialistas serem governo aqui, foi um bom governo para os Açores. É preciso que isto fique registado.

É sobretudo uma questão de projecto e essa é a grande diferença. Nós estamos aqui a falar de um projecto de partido. Os partidos em democracia são as instituições e estas devem ser as mais estáveis, porque os governos vão e vêm, mudam. Como é normal em democracia, hoje são de um partido, amanhã são de outro.

Quando estamos a falar de autonomia, devemos falar de projectos partidários, de valores que são ou que deveriam ser suprapartidários, porque a autonomia não se compadece com a instabilidade, os interesses da Região não se compadecem com a instabilidade, os interesses da Região não se compadecem com posições dúbias conforme o palco onde estamos. Isso foi importante em 95 e continua a ser importante hoje para os socialistas saberem afirmar o seu projecto tanto a nível regional como dentro do partido a nível nacional.

Permita-me mais uma vez divergir da sua análise. Eu não disse nem nunca direi que o Governo do Partido Socialista nos Açores é um Governo isento de erros, é um governo que não comete erros. O Presidente do Governo, o Presidente do Partido Socialista é o primeiro a dizê-lo.

Cometemos erros. Só não comete erros quem nada faz!

Deputados Vasco Cordeiro e Francisco Sousa *(PS): Muito bem! Muito bem!*

O Orador: **Mas também posso dizer e afirmar com orgulho que houve muitas coisas que fizemos bem, como por exemplo:**

- **a redução das tarifas aéreas;**
- **a redução fiscal, embora eu possa ter algumas divergências sobre como se fez, sobre os seus impactos e utilização como instrumento;**
- **fizemos bem, continuamos a fazer e espero que façamos mais ao nível do projecto de renovação da rede escolar;**
- **ao nível da rede regional de abate;**
- **quando influenciámos a decisão do Conselho Europeu de Nice no que respeita às quotas leiteiras;**
- **fizemos bem e espero que continuemos a fazer ao nível do embargo da BSE, retirando os Açores desse embargo;**
- **fizemos bem e vamos continuar a fazer bem com outros, sejam eles de que cor for, com aqueles que pretenderem cooperar connosco.**

Quando temos Governos do Partido Socialista lá e cá, é evidente que dentro do mesmo partido coopera-se e às vezes não é preciso afirmá-lo publicamente ou mostrá-lo publicamente, mas é possível cooperar – e isso foi revelado – com governos que são de outra cor partidária.

O facto da Madeira ter beneficiado ao longo de todo este processo de um projecto que tem como principal autor o Partido Socialista, é mais uma prova que é possível cooperar com quem quer cooperar, mas também é necessário criticar sempre que for necessário, sejam da mesma cor ou de cor diferente, porque estamos a falar de autonomia, de interesses regionais e não de pequenas guerrilhas partidárias

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional Adjunto da Presidência)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.**

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Alguns esclarecimentos no que se refere a algumas questões colocadas directamente pelo Sr. Deputado Victor Cruz, relativamente às quais eu entendo ser de toda a conveniência esclarecer.

Em primeiro lugar, a questão da arrogância e a utilização de uma expressão sua – foi feita numa das entrevistas que deu a uma das rádios – foi exactamente porque considero que aquele tipo de postura denota uma postura arrogante.

A sua justificação tem um mérito indelével: confirmar a minha percepção.

O senhor sacrifica tudo, inclusive a forma livre, que, por exemplo, no caso do Partido Socialista é hábito, do presentir as vitórias, de que é preciso tudo por tudo, – “mate-se, esfole-se”, sei que não diz isto, subentenda-se o exagero – mas o importante é a vitória.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é uma questão interna do PS!

O Orador: Esse discurso já é conhecido nos Açores. Até 96 foi assim com os resultados que vimos e pelos visto continua a ser assim, mesmo dentro do seu partido.

Em relação à questão de eu me ter enganado ou não me ter enganado em Ponta Delgada, eu remete-o para um artigo de opinião que escrevi na sexta-feira a seguir às eleições e que denota bem o que eu penso e a forma como sinto o resultado eleitoral em Ponta Delgada. Como não me ficará bem, por certo, citar-me, remeto-o para o Jornal Açoriano Oriental de sexta-feira, dia 21 de Dezembro de 2001, um artigo intitulado “O resultado”.

Já agora se me permite, aí eu não tenho pejo nenhum em afirmar que foi a candidatura do PSD/Açores que maior acolhimento obteve.

Por último, e em terceiro lugar, o Sr. Deputado disse no seu discurso, de arrogância e armando-se em vítima, “coitado do PSD! Sempre que o PSD não concorda com o Governo Regional, é acusado de ser arrogante!”

O senhor percebe a contradição enorme em que está a cair? São os senhores, sempre que o Governo Regional não concorda convosco, os primeiros a acusar-nos de arrogantes, de prepotentes, de autoritários e não sei de que mais.

Deputado Victor Cruz (PSD): Está errado!

O Orador: Não estou errado. Sei perfeitamente isso e tenho bastos exemplos daquilo que sempre tem sido dito.

Sr. Deputado Victor Cruz, as suas preocupações são muito meritórias. O seu único problema é não traduzi-las para a prática.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.**

Deputado José Decq Mota (**PCP**): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional Adjunto:**

D. Pedro IV deixou de ser imperador no Brasil para ser liberal nos Açores.

Deputado Bento Barcelos (**PSD**): *Muito bem!*

O Orador: Eu receio que V. Exa. esteja a deixar de ser dialogante para ser autoritário nos Açores.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (**Francisco Coelho**): **Receia mal!**

O Orador: Por notícias de hoje, por notícias de há poucos dias, receio que a sua evolução esteja a ser a inversa daquela que D. Pedro IV teve.

Deputado Bento Barcelos (**PSD**): *Muito bem!*

O Orador: Em relação às questões que o Sr. Deputado Fernando Lopes levantou e ainda associando esta alusão que quis fazer, gostava de lhe lembrar outra. Fizemos bem nesta Assembleia a institucionalização da remuneração complementar, do complemento de pensão e do acréscimo regional ao salário mínimo nacional. Foi um momento história da vida desta Assembleia, foi o

momento em que pela primeira vez a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, com segurança, consagrou a compensação dos custos de insularidade àqueles que vivem de rendimentos de trabalho ou de pensões.

Espero bem que não estejamos em véspera de estar a diminuir essa grande conquista que esta Assembleia aqui realizou.

Quanto às questões de política interna que o Sr. Deputado Fernando Lopes referiu, obviamente respeito as suas opiniões. É evidente que se fossemos analisar ponto por ponto, item por item, as divergências seriam muitas, mas elas têm sido manifestadas aqui no dia a dia dos debates, no dia a dia da participação política e não é isso que me aflige. Acho muito bem que estas questões sejam referenciadas.

Finalmente e para terminar, eu considero que o Governo da República do Partido Socialista para o país, em termos de orientação geral, foi um mau Governo, porque introduziu uma orientação de cariz neoliberal extremamente acentuada.

Deputado Dionísio Sousa (*PS*): Olhe que não!

O Orador: Considero que o Partido Socialista, em relação aos problemas concretos dos Açores que estavam bloqueados há muitos anos pelo centralismo estrito do Prof. Cavaco Silva e do seu Governo, teve a abertura e a capacidade de abrir os diversos dossiers, mas também considero que houve nos Açores muitas pessoas – V. Exas. com certeza, mas também têm que reconhecer que de muitos outros lados – que lutaram muitos anos contra essa parede de betão armado que se ergueu contra a autonomia dos Açores. Não é um mérito próprio, partidário, estrito de ninguém, nem de personalidade, nem de partido, mas de uma luta muito grande contra esse centralismo que se manifestou muitos anos.

Ele foi rompido e tem que continuar a não existir para que a autonomia se afirme.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à questão de humildade, é tão pouca a minha preocupação em demonstrá-la, ou pelo menos a falta de arrogância. Eu não preciso de argumentar mais nada.

Aqueles que me conhecem sabem como é que eu sou, uns gostarão mais, outros menos. sobretudo os colegas desta Casa, inclusive da bancada do Partido Socialista que me conhecem há vários anos, sabem muito bem, no seu íntimo, se eu sou humilde ou se eu sou arrogante.

Por isso mesmo, acho que com o tempo o povo açoriano vai conhecendo quem é que é arrogante, quem é que é humilde, quem é quem e o tempo nisso ajuda muito e por isso eu prescindo do tempo, porque acho que o tempo e a vida vão demonstrar aquilo que realmente interessa.

Um breve comentário em relação ao que foi dito pelo Sr. Secretário:

Aflito está sempre o Partido Socialista e o Governo. Este resultado certamente não foi bom para o PS, porque queria ter mais câmaras, mas como não podem cantar vitória, estão sempre a dizer que esta vitória do Partido Social Democrata não foi uma vitória que marcou, não foi a melhor vitória da história do PSD.

Eu não tenho qualquer problema. O que eu sei é que em Ponta Delgada a Presidente da Câmara é a Dra. Berta Cabral e não o Dr. Rui Bettencourt; na Ribeira Grande o Presidente da Câmara é Sr. António Pedro Ribeiro Costa e que de 19 câmaras, 13 são do Partido Social Democrata. Isto é uma vitória!

Noutros sítios tivemos candidaturas que perdemos. Os candidatos fizeram um grande esforço para ganhar, por isso são pessoas que merecem toda a minha solidariedade, (os do Partido Social Democrata e os do Partido Socialista), e eu próprio telefonei para alguns, porque tiveram uma postura que honra a democracia, nomeadamente o Dr. Rui Bettencourt, em Ponta Delgada.

É assim que se faz a vida democrática.

Vamos ser sinceros:

O PS disse em comunicados oficiais que os resultados do PSD de Victor Cruz eram piores que os resultados do PSD de Costa Neves. Eu não estou nada preocupado, mas é bom lembrar que os dois resultados autárquicos de Carlos César, estando no Governo, são piores que os resultados autárquicos de Martins Goulart que não estava no Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Eu não estou preocupado e muito menos com os meus queridos amigos que no passado estiveram à frente do PSD.

De resto, o Dr. Costa Neves foi candidato nessas autárquicas, uma demonstração de humildade, de categoria e de personalidade forte.

Não me interessa comparar resultados deste ou daquele líder.

O que eu sei é que o líder do PS tinha um objectivo para o Partido Socialista: ter mais câmaras do que aquelas que tinha.

O que eu sei é que o Vice-Presidente do Partido Socialista, Dr. José Contente, disse imensas vezes que era óbvio que o PS ia ganhar muitas câmaras ao PSD, que era óbvio que o PS ia reconquistar muitas câmaras. Nada disso foi verdade.

O que interessa dizer é que a nossa vitória sendo maior ou menor, foi uma vitória.

O PSD tinha como objectivo:

Ter mais câmaras do que os outros partidos. Teve!

Ter mais votos que os outros partidos. Teve!

Eleger mais autarcas que os outros partidos. Elegeu!

Uma outra questão que eu agora vejo e temos muito mais tempo para analisar é as eleições legislativas nacionais.

Presidente: **Sr. Deputado, agradecia que terminasse.**

O Orador: **Já termino.**

Até agora o PS centrava os seus argumentos mais positivos na personalidade do Eng. António Guterres. Agora apressa-se a dizer, numa mudança estratégica, que interessa mais o projecto do que o homem.

Isso é estranho!

António Guterres tinha-se demitido e o líder do Partido Socialista, à entrada do Secretariado Nacional – acho que é assim que se chama – disse que o ideal seria ter um sucessor que não fosse do Governo.

Apareceu Jaime Gama. Afinal... podia ser do Governo! Era amigo dos Açores, era açoriano, era importante, mas acabou por ser Ferro Rodrigues.

O comentário final que eu faço é que afinal os homens interessam, só que este candidato não dá tanto jeito como o anterior.

O estado de alma do Partido Socialista neste momento é o seguinte:

- **tem saudades do Eng. António Guterres,**
- **tem pena que não tenha sido o Dr. Vitorino,**
- **estão agastados por não ter sido o amigo açoriano Jaime Gama**
- **estão tristes porque afinal têm mesmo é Ferro Rodrigues.**

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: ***Muito bem! Muito bem!***

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.**

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Victor Cruz:

V. Exa. afirmou: “eu sei que de 19 Presidentes de Câmara, 13 são do PSD”.

Com toda a humildade e com toda a modéstia, eu também sei algumas coisas. Eu sei que em 97 o PS obteve 39,9% e agora obteve 44! O PSD, ao invés, desceu de 48,2 para 45,4.

Eu sei que o PS conseguiu mais 8 vereadores e o PSD perdeu 5!

Eu sei que em 97 o PS obteve 132 mandatos nas Assembleias Municipais e que agora obteve mais 12, enquanto que o PSD perdeu 6!

Eu sei que o PS ganhou também mais 2 presidências de Assembleias Municipais ao PSD!

Eu sei que em 97 o PS obteve 44 juntas de freguesia e agora tem 57; que o PSD perdeu 9 juntas de freguesia e o PS conquistou mais 71 mandatos em Assembleias de Freguesia!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Logo o PS ganhou!

O Orador: Eu sei que em 1997 o PS ficou a 9.154 votos do PSD e que agora ficou apenas a 1.520 votos, aumentando o PS a sua votação em 8.689 votos!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Aumentou a votação com o Presidente da Câmara do Nordeste!

Deputado Manuel Campos (PS): Olhe que não ficou muito longe!

Deputado Mark Marques (PSD): E quem é que ganhou as eleições?

***O Orador:** Quanto à questão dos candidatos a líder do PS nacional e os que não são candidatos a líder... logo V. Exa., Sr. Deputado Victor Cruz!... Logo V. Exa. é que fala na questão de ser candidato a líder, de ser líder desejado e eventualmente acha que não se pode avançar. Logo V. Exa. é que fala nisso!*

Deputado Victor Cruz (PSD): Não percebo porquê?!

O Orador Não percebe, Sr. Deputado? Quantas vezes teve V. Exa. para ser líder do PSD e recusou?

Em relação à questão de que todos o conhecem aqui dentro, pois é, Sr. Deputado, todos o conhecem, mas não o conheciam como líder do PSD. A sua postura só prova

que o homem é fruto das suas circunstâncias. No seu caso, a imagem não está a ser muito boa.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Até agora não me meti nesta questão de eleições, nem me vou meter, mas há algo que gostaria de deixar aqui registado, porque é importante Sr. Deputado Victor Cruz. Tem a ver com o criar e manter condições de sã convívio democrático e de fortalecimento da democracia nos Açores.

Vou falar sobre Ponta Delgada, porque sou seu município.

Garantia dos direitos de oposição:

Eu gostaria de ver a Presidente da Câmara de Ponta Delgada, militante e dirigente do Partido Social Democrata, a garantir, dentro da Câmara de Ponta Delgada, os direitos de oposição aos outros partidos, nomeadamente condições logísticas, para que tenham direito, por exemplo, a uma coisa tão simples, como ter um gabinete para poderem trabalhar. Eu já vi isso noutras câmaras e de várias cores, sejam elas socialistas ou sociais democratas.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Logo se viu na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo!

O Orador: Eu gostaria de dizer isto aqui hoje, porque sei que o senhor se vai empenhar.

É bom para Ponta Delgada! É bom para os Açores que a democracia funcione. Para isso é preciso condições.

Que as reuniões da Câmara de Ponta Delgada, da vereação, sejam reuniões conduzidas no respeito pelos direitos da oposição à informação atempada para que

no seio da Câmara de Ponta Delgada se possa discutir. Só falo na Câmara de Ponta Delgada, porque sou munícipe de Ponta Delgada, vivo o dia a dia, portanto conheço. Se calhar haverão outros reparos a fazer noutras câmaras, mas não me compete a mim estar aqui a mencioná-los

Gostaria muito de ver o líder do PSD a tomar as devidas providências para que os direitos da oposição sejam respeitados em todas essas câmaras.

Da nossa parte procuraremos fazer o mesmo onde estamos no poder.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para dizer ao meu amigo e Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Deputado Vasco Cordeiro, que se está contente com o resultado do PS, a consideração que eu faço é: uns alegres na derrota, outros alegres na vitória! O último fim da vida é a felicidade! Se estivermos todos felizes, tanto melhor.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Eu estou contente! Se os senhores também estão, ainda melhor, porque é contributo plural para a felicidade.

Acham que recuperaram votos e atingiram os vossos objectivos? Não atingiram os vosso objectivos? Estamos falados sobre isso.

O PSD venceu onde venceu. Atingiu os seus objectivos. Tinha objectivos fortes.

Ao contrário do que muita gente pensa, as vitórias não foram fáceis.

O facto de se estar no poder, se às vezes facilita, não é nenhuma garantia de se continuar a vencer eleições.

Cada autarca que venceu lutou bastante.

Os autarcas socialistas também reconhecem o valor e o trabalho que é preciso para se vencer.

Os vencidos saem honrados.

Se o PS está contente com o resultado que teve, se acha que recuperou votos, que recuperou percentagens, óptimo! Eu não desejo mal a ninguém do Partido Socialista,

muito menos ao Deputado Vasco Cordeiro. O máximo que posso dizer é que estamos chegando a um fim feliz, uns alegres apesar de terem perdido, outros naturalmente alegres, porque ganharam.

Sr. Deputado Fernando Lopes:

Em relação à questão dos estatutos da oposição, acho que devemos fazer tudo para melhorar os estatutos da oposição nas câmaras municipais. Lanço esse apelo e converso com todos nesse sentido.

Nós estamos aqui no Parlamento. Em tempos, já andou por aí um trabalho de uma comissão justamente sobre o estatuto dos partidos da oposição.

Esse trabalho não veio até ao plenário, não chegou a ser discutido até ao fim.

Portanto, aceito a sua sugestão, mas não podemos sugerir aos outros aquilo que porventura ainda temos que fazer nesta Casa.

Se a sua sugestão é para recuperar o trabalho que foi realizado sobre o estatuto dos partidos da oposição em termos protocolares, eu estou pronto para isso. Basta que os senhores dêem um sinal, porque têm maioria.

Nós, PSD, e julgo que todos os partidos, estamos muito interessados nessa matéria.

Quanto às eleições nacionais o campeonato está a começar.

Acho que fazem muito bem, é um bom princípio discutir questões nacionais nesta Casa. Não há limitação para o debate político. Os temas nacionais são bons debates e vamos ter, para além de hoje, muitas oportunidades para o fazermos.

Hoje foi o início de uma nova era.

Eu estou aplicando o critério do PS muito, muito confiante, porque para estas eleições o Partido Socialista queria recuperar votos, nunca estabeleceu como seu grande objectivo ter mais câmaras do que o Partido Social Democrata. Se eu fosse socialista em matéria de ambição para as eleições de 17 de Março, eu já as tinha ganho, porque nós perdemos por 16, 17 ou 20%.

Estou convencido que se fosse socialista, em termos de ambição, o PSD já tinha ganho essas eleições, mas não vamos por aí. Vamos trabalhar para que o PSD dos Açores ajude a mudar o Governo de Portugal e mudando o Governo de Portugal haja diálogo, trabalho profícuo, cooperação, bom entendimento, porque é possível ter um

Governo bom para Portugal e bom para os Açores e um Governo bom para os Açores e um Governo bom para Portugal.

O Governo do PSD do futuro acho que vai garantir justamente isso.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.**

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Apenas para recolocar a questão com alguma ironia.

Deputado Victor Cruz *(PSD)*: Não é ironia!

O Orador: É, Sr. Deputado. Então não é? Ironia, no mínimo!

Com alguma ironia o Sr. Deputado Victor Cruz recolocou a questão relativamente aos resultados eleitorais.

O PS tem tido a oportunidade, em múltiplas circunstâncias, de dar a conhecer a sua apreciação sobre os resultados eleitorais.

O problema aqui é a realidade, é a leitura óbvia num dos aspectos que diz respeito a Presidências de Câmara, de que os nossos objectivos não foram alcançados.

Relativamente ao aumento do número de votos e ao aumento do número de mandatos, alcançamos em parte esses objectivos.

O que nos constrange é, no fundo, esta alegria – perdoem-me a expressão e salvo o devido respeito – leviana do PSD, como se tivesse tido uma vitória esmagadora sobre o PS.

Quando eu presencio esse tipo de reacção, ocorre-me à ideia aquela expressão “de vitória em vitória, até à derrota final!”. É isso que me faz lembrar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, meu amigo e Caro Deputado Victor Cruz:

Eu volto novamente à questão dos direitos da oposição somente para lhe dizer que independentemente de registos formais ou não, ou seja, de enquadramento legislativo – isso é uma questão para discutirmos – eu penso que a melhor defesa da democracia é aquela que se faz quando nós não precisamos de enquadramentos legais e ao nível dos princípios os defendemos.

Por isso mesmo eu levantei-me anteriormente e fiz alusão a essa questão de Ponta Delgada que eu penso que é importante e fi-lo porque tem as funções de líder do seu partido. Aí tem influência ao nível da definição de comportamentos e de posições. Portanto, pode dar e deve dar um contributo positivo a esse nível e a outros.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Fernando Lopes estamos entendidos.

Quanto à expressão “de vitória em vitória, até à derrota final”, eu acho que cada jogo é um campeonato, que cada eleição é uma eleição.

Que elas induzem factores de dinamismo interno dos partidos, não há dúvida sobre isso.

Eu não fiz o discurso regional das eleições autárquicas. Quem teve uma estratégia regional para as eleições autárquicas foi o Partido Socialista e foi isso que me pareceu manifestamente evidente.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Pareceu-lhe mal!

O Orador: **Sobre as últimas eleições, as eleições de 2004 e sobre a questão da arrogância, vou terminar dizendo uma coisa que me apetecia dizer, desde logo, na primeira intervenção que fiz e que demonstra bem quem é que é arrogante ou quem é que é menos arrogante e quem é que está sempre a pensar que já ganhou ou deixou de ganhar.**

Aqui, num dos primeiros debates que o Sr. Presidente do Governo, líder do Partido Socialista, fez comigo, depois de reconhecer que eu tinha qualidades

para ser Presidente do Governo, ele disse – e aí é que está a parte menos boa para mim – que eu poderia até chegar lá, se o meu partido deixasse, depois das próximas eleições regionais, que é como quem diz, “porque essas eu já ganhei”.

Quem está no princípio de uma legislatura a dizer ao líder da oposição que já ganhou dali a 4 anos, é, de facto, o maior exemplo de uma arrogância e essa foi demonstrada aqui e ficou registada no Diário das Sessões.

De vitória em vitória pode ser que o PS se engane. A primeira já está, com trabalho e espero que todos façam um bom trabalho para os açorianos.

Vamos à luta para 17 de Março!

Cá estaremos para as eleições europeias e cá estaremos para as eleições regionais, agora que o PSD está mais dinâmico e convicto numa vitória.

Disso não duvida ninguém deste lado, e daí parece que já não.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): *Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: **Encerrado este debate, vamos passar às intervenções de interesse político relevante para a Região.**

Em conferência de líderes determinámos que o nosso período de antes da ordem do dia terminava às 17 horas. Faltam 10 minutos.

Apenas tenho inscrições do Partido Socialista.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.

Deputado Nuno Amaral (PS): Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos anos setenta e oitenta, largos sectores da sociedade trouxeram à discussão a questão da ligação da escola ao mundo do trabalho e a necessidade de

articulação entre as componentes socio-cultural, científica e técnico-profissional da formação, de maneira a que os jovens diplomados pudessem sair da escola preparados para o exercício de uma actividade profissional.

É numa tal perspectiva que, depois de outras experiências realizadas o Ensino Profissional, é criado, em 1989, aproveitando-se o momento económico, a escassez de quadros médios e a existência de recursos materiais disponíveis.

O crescimento deste subsistema, ministrado em Escolas Profissionais dotadas de uma larga autonomia pedagógica, administrativa e financeira, foi rápido e depressa se expandiu por todo o país, designadamente, nos centros urbanos mais dinâmicos e no litoral. Nos Açores, o Governo do PSD, mantinha a sua falta de visão do futuro e nada se fazia.

Por todo o País elas mobilizavam-se para construir localmente as respostas adequadas que globalmente todos ansiavam. Estas escolas vieram dizer, entre outras coisas, que a educação e a formação profissional são investimentos que todos temos de realizar, seja por iniciativa directa da sociedade civil, seja por iniciativa da Administração. Qualquer que seja a natureza da iniciativa, os fins são manifestamente de interesse público.

Razões históricas, sociais, culturais e económicas condicionam ainda hoje a promoção social dos percursos de formação profissional, sobretudo os que se situam em contexto de educação escolar. Ou seja, quando se diz que Portugal é um país de doutores estamos mais a valorizar o estatuto dos doutores do que a criar condições para que outros diplomados sejam socialmente valorizados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Europa sem fronteiras é a Europa da livre circulação de pessoas, onde a inserção socio-profissional deve ser facilitada. Temos que fazer com que a mão-de-obra regional possa encontrar melhores condições para que ela não seja completamente submersa em qualificações de mão-de-obra europeia, que por não ter emprego nos seus países possa provocar desajuste no contexto regional.

O principal desafio que as escolas profissionais têm pela frente é o da qualidade.

A grande questão é serem escolas preocupadas com os seus alunos. Preocupadas com o crescimento dos jovens e a sua inserção profissional. É o que eu costumo dizer: criar escolas territorializadas e não mais uma escola, uma escola qualquer. A preocupação deve ser a criação de escolas naquele território, com aquela população, para responder às preocupações das pessoas que estão dentro daquele espaço.

Nos Açores, a formação profissional tem vindo a exercer uma maior e positiva influência no desenvolvimento da Região. Nos últimos anos com os Governos do Partido Socialista, criaram-se novas condições legislativas e organizativas para a efectivação de uma prática sistemática de formação profissional pelos agentes económicos e sociais. Disponibilizaram-se importantes recursos financeiros e técnicos para a sua consecução. Intensificaram-se as acções, ao mesmo tempo que se diversificou a oferta de formação profissional. Alargaram-se as preocupações de cooperação social nesta área.

Perante a nova matriz de mudanças, arriscar-me-ia a dizer que a principal e decisiva batalha relativa à formação profissional travar-se-á no plano das mentalidades e das atitudes dos políticos, dos empresários e dos trabalhadores. E aqui abro um parêntese para dizer o seguinte:

De que nos vale gastar tanto dinheiro em formação, criar expectativas aos jovens, se depois funciona o sistema da cunha, para se poder ganhar as eleições da Junta, da Câmara ou outra qualquer, pondo um medíocre no lugar de alguém habilitado e acima de tudo motivado!

Por outro lado, a formação profissional deve ser uma acção contínua, prolongar-se por toda a vida activa; não é portanto, um acontecimento isolado ou isolável no tempo; deve ser um processo, não uma intervenção pontual.

Daí a decisiva importância de uma formação profissional permanente.

Sendo a formação um processo de maturação progressiva, ajuda o indivíduo a automatizar-se, a ajustar as suas interacções e reacções às diversas situações que lhe vão surgindo.

O que irá, então acontecer aos indivíduos que não satisfaçam minimamente estes padrões?

É que, há 20 anos atrás, era possível o emprego de pessoas sem qualificação académica; há 10 anos tal já não era possível, mas a falta de qualificação profissional ainda não era impeditiva de acesso ao mundo do trabalho; hoje, e cada vez mais, é problemático o emprego de pessoas sem formação profissional adaptada às exigências das profissões e do mercado.

Aliás, a capacidade das empresas depende, hoje mais visivelmente, da competência dos seus colaboradores. Competências individuais não apenas adicionadas, mas combinadas e acrescentadas pela qualidade da organização, pela fluidez da informação, pelo grau de participação nas decisões, pela seriedade e sentido estratégico da formação e da qualificação.

O verdadeiro profissional é como que uma microempresa, uma empresa dentro da empresa.

Daí a necessidade de fazer da empresa um verdadeiro e sustentado sistema humano e formativo e não apenas um sistema tecnológico, material ou financeiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A formação profissional para ter resultados credíveis, possuir qualidade e eficácia, tem que ser perspectivada, por todos, como um instrumento estratégico cujos resultados nem sempre são imediatos.

A formação profissional não deve ser encarada como uma mecânica expressão de moda ou como uma mera oportunidade de curto prazo, mesmo se fortemente subsidiada.

Por outras palavras: a formação profissional não é um custo, mas um investimento. Os seus resultados não constituem proveitos anualizados, mas importantes activos das empresas.

Quem se arriscaria há alguns anos atrás (não muitos!), a falar no súbito acréscimo de profissões como: as ligadas aos tempos livres, serviços para idosos,

preservação do ambiente, florestação, controlo de qualidade, o marketing, etc...
etc... .

É certo que muito já foi feito pelos Governos Socialistas, ao nível da valorização do Ensino Profissional, porém muito mais resta a fazer para a sua maior afirmação.

Um trabalho de tal grandeza é seguramente muito complexo, mas há que fazê-lo na medida em que com ele se pretende satisfazer, por um lado, o mais adequadamente possível às expectativas dos alunos e das suas famílias e, por outro, as necessidades de um desenvolvimento equilibrado da Região.

Nunca é de mais referir que foi o Governo Regional de Carlos César, que promoveu a expansão da rede de escolas profissionais, que, de apenas 4 escolas em 1996, cresceu para 14 escolas em 2000. Por outro lado, nas escolas do ensino regular foi introduzido o ensino profissional em alternância através do Programa de Formação e Inserção de Jovens (PROFIJ). Desse conjunto de medidas, resultou a expansão do ensino profissional a 17 dos 19 concelhos dos Açores e o crescimento do número de formandos de cerca de 400 em 1996 para mais de 3700 em 2000.

Termino apelando a todos os que se encontram a gerir desde o mais pequeno restaurante, a maior empresa, que apostem na formação profissional, para que a nossa Região não seja só admirada pela sua beleza paisagística, mas também pela beleza das suas gentes.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional do Ambiente)

Presidente: Srs. Deputados, estamos perto das 17 horas.

Vamos passar à Ordem do Dia, com o 1º ponto da ordem de trabalhos – Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 14/2000/A, de 23 de Maio, (instrumentos de gestão territorial – adaptação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei nº 380/99, de 27 de Setembro).

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Uma breve justificação deste pedido de urgência por parte do Governo.

Trata-se de introduzir alterações aos artigos 16º e 17º do Decreto Legislativo Regional nº 14/2000/A, de 23 de Maio, que adaptou à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro.

Basicamente as normas que se pretendem alterar têm um objectivo. Conforme se constata pela simples leitura desses normativos, essas normas tempestivamente aprovadas nesta Casa, no caso destas normas por unanimidade, consagram, tendo em conta a urgência e a importância municipal do território, que os municípios teriam que ter os seus cadernos aprovados na respectiva Assembleia Municipal e para rectificação, pelo menos, ou então já em vigor até um determinado período, que seria 31 de Dezembro de 2001, sob pena de terem algumas sanções.

O conjunto de sanções que consta desse decreto e desses normativos é vasto e vai sendo bem lido, desde a impossibilidade dos municípios se candidatarem aos programas comunitários como seja o PRODESA, até à impossibilidade de celebrarem qualquer tipo de contrato de cooperação técnico-financeira com o Governo Regional.

Como depois se verá na altura próprio pela substância do diploma, achamos que é importante manter alguma pressão sobre os municípios e é importante que os municípios se esforcem para que, o mais rapidamente possível, todos tenham o seu PDM.

Pensamos que o tipo de sanções previstas nestes normativos, a entrarem em vigor a 1 de Janeiro de 2002, são porventura excessivas e seriam certamente lesivas, não só para o desenvolvimento dos municípios como para o desenvolvimento dos Açores.

Hoje, o que se pretende com a alteração deste regime, é obviar essas penalidades e permitir que os municípios sem PDM's continuem a poder candidatar programas de investimento ao PRODESA, continuem a poder subscrever com a administração regional autónoma contratos de cooperação e a urgência justifica-se, porque, segundo a lei, se não houver esta alteração, não é possível desde 1 de Janeiro do corrente ano.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD está na disposição de votar favoravelmente este pedido de urgência.

Todavia, esta oportunidade não pode passar sem um reparo responsável e firme relativamente àquilo que parece ser um hábito que este Governo vai criando de, sessão legislativa após sessão legislativa, trazer-nos aqui propostas de diploma acompanhadas de pedidos de urgência.

Lembro que isso já aconteceu relativamente aos SCTU's, ao regime de profissionalização em serviço de docentes e agora em duas sessões seguidas temos mais um documento que pela terceira vez aqui vem com urgência.

De facto, parece-me que há falta de planificação, falta de trabalho de casa deste Governo.

O artigo 17º do diploma que ainda está em vigor e que agora será alterado, faz cessar, a partir do dia 1 de Janeiro deste ano, a capacidade das autarquias acederem a acções financiadas por fundos comunitários.

Todavia, só a 11 de Janeiro, em conselho de Governo, foi feita a aprovação final deste diploma que agora nos é colocado sobre a mesa. Só no dia 15 de Janeiro, precisamente há uma semana, é que o Governo fê-lo entrar neste Parlamento.

Sr. Secretário, nós não vamos prejudicar as autarquias. Vamos votar favoravelmente este pedido de urgência, mas com a consciência de que parece que se vai tornando hábito o Governo, por não fazer atempadamente o seu trabalho, por não ter em conta os prazos previstos nalguma legislação, trazer aqui apressadamente estes diplomas com pedido de urgência, com o manifesto prejuízo da fundamentação do debate que aqui ocorre e com o manifesto prejuízo da audição de instituições e entidades que possam ser chamadas a participar neste processo de decisão.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Colegas do Governo:

Um breve esclarecimento ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

Como o Sr. Deputado deve saber, regimentalmente, o Governo Regional pode pedir a urgência. Cabe a esta Câmara deliberar se a dá ou não. Foi o que o Governo Regional fez e esta Câmara deliberará.

No entanto, não posso deixar passar em claro, por me parecer bem mais grave, a segunda parte da sua intervenção.

Sr. Deputado Joaquim Machado, como sabe, e é verdade, este decreto legislativo regional está publicado desde 23 de Maio de 2000. Foi aprovado nesta Casa e é do conhecimento público.

Eu penso que segundo a Constituição, o Estatuto e o regimento, não é só o Governo Regional que tem iniciativa legislativa. Que eu saiba, o Sr. Deputado, o seu grupo parlamentar, todos os senhores deputados e todos os grupos parlamentares, têm iniciativa legislativa.

Se o Sr. Deputado e o seu grupo parlamentar se preocupam com os partidos e com os municípios, também poderiam, atempadamente, ter apresentado uma proposta deste teor ou do teor que entendessem o mais correcto.

Que eu saiba, V. Exas. têm iniciativa legislativa. Isto acaba por ser, infelizmente, – já agora permita-me que o diga – um mau hábito, porque a iniciativa legislativa, segundo o nosso sistema, cabe, em primeira linha, a este Parlamento (a iniciativa, a competência e a exclusividade).

Penso que é um mau princípio, se me permite Sr. Deputado Joaquim Machado, pensar que as funções do Sr. Deputado é estar aqui à espera que o Governo apresente iniciativas legislativas para serem criticadas.

V. Exa. acha que não está em tempo. Tivesse V. Exa. usado dos seus poderes e apresentado em tempo a iniciativa legislativa que julgasse oportuna.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, houve aqui um lapso da Mesa. Apenas poderia ter havido uma intervenção nos termos do artigo 168º do Regimento.

Este artigo diz que apenas tem direito a intervir um dos requerentes e um representante de cada grupo ou representação parlamentar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos cingir-nos ao pedido de urgência sobre esta matéria.

Gostaria de recordar – e na apreciação que vamos fazer do documento apresentado pelo Governo havemos de ter oportunidade de referir esta matéria – que esta matéria ou matéria semelhante que tinha a ver com um decreto anterior a este que vamos apreciar e substituir, já por diversas vezes, desde que a nível nacional foi tornado obrigatório para as Câmaras Municipais a elaboração dos PDM's, de ano a ano e agora de dois em dois anos, quase que

cerimonialmente vamos aqui, por proposta do Governo ou dos Grupos Parlamentares, alterando-a. Esta é a realidade que vem desde há muitos anos...

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): **Não é bem assim!**

O Orador: **... por uma razão, é que as câmaras municipais dos Açores deveriam ter tido os seus PDM's aprovados quando as do continente tiveram. Na realidade, não tiveram e nós compreendemos todo esse atraso.**

Nós não podemos acusar nem acusamos as câmaras municipais, o Governo Regional ou os gabinetes que estão a trabalhar nos PDM's. Todos somos co-responsáveis por estes atrasos e exactamente porque estes atrasos podem ter consequências graves no estabelecimento do desenvolvimento dos municípios e nos acordos contratuais entre a Região e as câmaras municipais e no acesso aos fundos comunitários, nós vamos votar favoravelmente esta urgência neste momento, porque pensamos que é matéria que importa à nossa sociedade, que importa a toda a comunidade no sentido do desenvolvimento do espaço regional.

Pensamos que é uma matéria urgente, que vale a pena votar.

Na apreciação na generalidade e na especialidade vamos ter oportunidade de voltar a referir o esforço que tem que ser feito, em nosso entender, a nível regional, no sentido de uma vez por todas, todas as autarquias desta região poderem ter os seus PDM's aprovados e publicados.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para interpelar a Mesa.**

Deputado Francisco Sousa (*PS*): **Sr. Presidente, eu gostaria de interpelar a Mesa na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, se me é permitido.**

Presidente: **Com certeza, Sr. Deputado.**

Deputado Francisco Sousa (*PS*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

A minha intervenção tem a ver com uma afirmação feita pelo Sr. Deputado Joaquim Machado.

O Sr. Deputado afirmou que o diploma que aprovámos aqui num dos últimos plenários sobre professores, veio acompanhado de um pedido de urgência do Governo.

Para que fique claro e registado no Diário das Sessões, esse diploma esteve na Comissão dos Assuntos Sociais, tem o parecer dos sindicatos da Região e faz parte do dossier que existe nesta Casa. Sobre esse diploma não houve nenhum pedido de urgência feito pelo Governo...

Presidente: Está esclarecido, Sr. Deputado. Isso não é propriamente uma interpelação à Mesa. As interpelações à Mesa, como sabe, são sobre o funcionamento do plenário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais um esclarecimento. A proposta de diploma de profissionalização em serviço não obedeceu a um pedido de urgência formal como este que aqui estamos a fazer, mas a sua análise e o seu agendamento obedeceu a uma prioridade, a uma urgência do Governo de modo a que produzisse efeitos já no próximo concurso...

Presidente: Sr. Deputado, estamos a discutir um processo de urgência. Por favor não dificulte o trabalho da Mesa.

O Orador: Sr. Presidente, eu peço que tenha a mesma complacência comigo como teve para com o Sr. Deputado Francisco Sousa na intervenção que me antecedeu.

Posto isto, Sr. Secretário Regional Francisco Coelho, de facto, o senhor tem razão. A iniciativa legislativa assiste a qualquer deputado. Portanto, aquilo que

me dirigiu, devia ter primeiro dirigido a toda a sua bancada, não só porque se aplica o princípio também aos Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como também pelo facto de estarem em maioria.

Digo-lhe ainda mais:

De facto, este Grupo Parlamentar tem iniciativas legislativas e seria um bom exercício fazer o apuramento de quantas iniciativas legislativas tivemos. Creio que elas terão sido em número bem superior àquelas que o Partido Socialista teve em 20 anos de oposição.

Mais, Sr. Secretário:

Se não há mais iniciativa legislativa da parte da oposição, é porque de vez em quando os senhores vêm aqui tirar mais um bocadinho. Veja-se o que aconteceu com a capacidade legislativa deste Parlamento para fixar o valor dos complementos de pensão, que os senhores vieram aqui retirar com as consequências que todos sabemos que foi da sua declaração de inconstitucionalidade pelo respectivo tribunal.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, produzidas as intervenções, vamos passar à votação do processo de urgência deste diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O diploma baixa à Comissão.

Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos – Reapreciação do Decreto Legislativo Regional - “Adaptação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei 29/2001, de 3 de Fevereiro, que estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas portadoras de deficiência nos serviços e organismos da Administração Pública, proveniente do gabinete de Sua Excelência o Senhor Ministro da República.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Colegas do Governo:**

Esta Assembleia aprovou na sessão de Novembro do ano passado um Decreto Legislativo Regional, de iniciativa do Governo Regional, que visava, conforme foi amplamente discutido na altura, por um lado modificar toda a matéria referente aos 3 diplomas dispersos sobre os custos de insularidade na sua vertente de acréscimo ao salário mínimo nacional, remuneração complementar e complemento regional de pensão. Introduziu também nesse único diploma aquilo que foram as melhorias técnicas que, por iniciativa do Governo, foram introduzidas através da lei do Orçamento dos Açores para 2001 e, bem assim, introduziu uma norma no seu artigo 13º que previa que a actualização da remuneração complementar e do complemento regional de pensão fosse feita por resolução do Conselho de Governo Regional.

Presidente: **Sr. Secretário, não é isso que estamos a discutir.**

O Orador: **Sr. Presidente, eu antecipei-me. Peço desculpa.**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.**

Deputado Francisco Barros (*PS*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

A matéria que neste momento vem a esta Assembleia para ser reapreciada, vem na sequência de um veto apresentado pelo Sr. Ministro da República onde, em

traços gerais, ele tece um conjunto de considerações, identificando ou dizendo que não encontrava interesse específico regional para uma adaptação aprovada por esta Assembleia do Decreto-Lei 29/2001, de 3 de Fevereiro, que estabelece o sistema de quotas de emprego, para pessoas com deficiência, nos serviços e organismos da Administração Pública e onde o articulado do Decreto Legislativo Regional que aqui aprovámos fazia uma passagem da quota de 5 para 20%.

O Sr. Ministro da República entendeu não encontrar motivos de interesse específico regional que justificassem essa alteração.

Em nosso entender – aliás, refira-se neste plenário que foi entendimento unânime por parte da Comissão de Política Geral que atempadamente analisou este assunto – existe interesse específico regional baseado em três aspectos concretos:

O primeiro prende-se claramente com a dimensão do tecido sócio-económico da Região, devido à sua dispersão.

O tipo de empresas que encontramos que possam eventualmente ser potenciadoras de emprego para este tipo de cidadãos, atendendo à sua dimensão, à sua dispersão e à sua concentração em termos de empresas de maior dimensão em duas ilhas, torna difícil, mesmo atendendo aos incentivos de natureza fiscal existentes para este tipo de cidadãos, o acesso a emprego por parte de cidadãos com estas características. Isto em termos de sector privado.

O segundo aspecto, prende-se claramente com uma questão óbvia, a dispersão dos serviços e organismos da Administração Regional que existe em todas as ilhas. Há uma dispersão arquipelágica, daí que a dimensão desses próprios organismos e serviços seja por vezes reduzida, diminuta.

Isto traz uma outra consequência que tem a ver com o tipo de concursos que normalmente são feitos. Normalmente, o tipo de concursos que são feitos, são feitos separadamente, departamento a departamento, organismo a organismo, por vezes para a mesma categoria profissional.

Na prática isso leva a que dificilmente se encontrem concursos para a mesma categoria profissional cujo número de lugares a prever seja superior a 4 ou 5. Por média, são menos.

Estes três aspectos tipificam claramente aquilo que pode ser entendido como interesse específico regional a partir do momento em que assume uma particular configuração, não só o tecido empresarial, como as características e a dispersão dos serviços e organismos da Administração Pública Regional.

Daí ser nosso entendimento que neste caso concreto, deve-se manter o articulado proposto e aprovado nesta Assembleia através do Decreto Legislativo Regional nº 26/2001 e, com esta fundamentação jurídica consequente, enviá-lo ao Sr. Ministro da República.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria e sobre este processo legislativo, o PSD, durante todo o debate que se suscitou à volta do diploma, quer em Comissão, quer em plenário, levantou algumas dúvidas de índole jurídico e constitucional sobre o interesse específico.

Nessas dúvidas o PSD foi acompanhado pelo Sr. Ministro da República que acabou por vetar o diploma, fazendo com que ele fosse devolvido à Assembleia e nessa medida baixasse à Comissão para apreciação.

No entanto e apesar das dúvidas suscitadas, o PSD sempre manifestou a sua concordância, votando favoravelmente a anterior análise feita nesta Assembleia e, em Comissão, concordando em grande medida com os argumentos jurídicos apresentados, o PSD votou favoravelmente o texto do diploma em análise.

De resto, o PSD tem uma tradição e uma perspectiva de integração dos cidadãos com deficiência e pensamos que, de facto, esta legislação nesta medida e com esta amplitude fará com que mais facilmente se promova essa integração.

Por isso mesmo, vamos manter a nossa coerência votando a favor do diploma em causa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a apreciar um documento enviado pelo Sr. Ministro da República em relação a um Decreto Legislativo Regional já aprovado nesta Casa.

Na altura, nós demos a nossa concordância e neste momento continuaremos a dar a mesma.

Já foram feitas aqui algumas análises sobre a matéria, no entanto, gostaríamos de tecer duas ou três considerações. A primeira, é que estamos a regulamentar concursos para a Administração Pública Regional onde se estabelece quotas que obrigatoriamente é necessário que sejam providas por pessoas com deficiência.

A legislação nacional que deu origem à lei que estamos a adaptar, fundamenta-se nas intenções previstas na lei de bases da prevenção da reabilitação e da integração de pessoas com deficiência no trabalho normal e neste caso concreto no trabalho da Administração Pública.

O documento do Sr. Ministro da República reconhece que, em relação a determinados concursos, estão a ser “beneficiadas” as pessoas portadoras de deficiência, na medida em que a quota que esta Assembleia estabelece é superior à quota estabelecida no Decreto-lei.

Por isso mesmo, se o Decreto-lei se baseia numa lei de bases que exige, de acordo com o próprio preâmbulo, que se inverta a situação do passado, ou seja, que se reconheça a necessidade de que as pessoas portadoras de deficiência devem ter emprego dentro da Administração, a adaptação regional veio de encontro exactamente à lei de bases, ultrapassando o próprio Decreto-lei.

Por outro lado, e isto já foi aqui referido, temos que ter em conta a especificidade dos nossos concursos em termos da Administração Pública. Os nossos concursos são completamente diferentes, em termos de lugares a prover, daquilo que se passa regra geral a nível nacional.

Por isso mesmo, nós entendemos que a percentagem encontrada a nível regional vem de encontro às necessidades da nossa sociedade e às necessidades de garantir que os portadores de deficiência sejam integrados no mercado de trabalho da Administração Pública.

Como disse, nós vamos votar favoravelmente aquilo que votámos anteriormente em relação a esta matéria.

Presidente Srs. Deputados, não havendo mais intervenções sobre esta matéria, de acordo com a Constituição da República e o nosso Regimento, vamos votar na generalidade a confirmação ou não deste diploma. Refiro-me ao artigo 166º do nosso Regimento e ao artigo 233º da Constituição.

Na discussão na generalidade interveio por uma só vez um representante de cada Grupo parlamentar e segundo o nº 3 a votação na generalidade versa sobre a confirmação do Decreto da Assembleia Legislativa Regional.

Os Srs. Deputados que concordam com o Decreto existente e confirmam o mesmo, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A reapreciação do Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Assim sendo, será de novo enviado ao Sr. Ministro da República, encerrando-se o debate porque não há propostas para discussão na especialidade.

Vamos interromper os nossos trabalhos durante 30 minutos.

(Eram 17 horas e 25 minutos)

Presidente: **Srs. Deputados, agradeçia que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.**

(Eram 18 horas e 40 minutos)

Para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos – Reapreciação do Decreto Legislativo Regional nº 28/2001, que “estabelece o regime jurídico de atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar – foi suscitada a inconstitucionalidade pelo Sr. Ministro da República. Ficou agendado para que os Srs. Deputados tomassem conhecimento, mas nos termos regimentais o mesmo baixa à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Passamos ao ponto seguinte – Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre “regime de participação na recuperação de habitação degradada”.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:**

O diploma que o Governo traz a esta Casa estabelece um novo regime de participação na recuperação de habitação degrada, porque nós já tínhamos anunciado que iríamos autonomizar os programas constantes do Decreto Legislativo Regional nº 14/95, de 22 de Agosto, atribuindo uma nova filosofia a este programa de participação na recuperação de habitação degradada.

Em termos concretos, este novo programa é, na óptica do Governo, mais estruturante porque resolve uma série de lacunas que entretanto foram detectadas há 6 anos a esta parte, no Decreto Legislativo Regional 14/95, nomeadamente na questão dos segundos apoios que não eram permitidos no primeiro diploma e isso prejudicou alguns açorianos concorrentes ao apoio à

habitação, porque quando esses apoios eram dados, ainda que não fossem para a totalidade da habitação, numa segunda candidatura teriam que ser indeferidos.

Por outro lado também, verificou-se que havia algumas situações, em termos do regime fundiário das nossas ilhas, que não estavam bem equilibradas no 14/95, porque davam indeferimentos, com base na pertença de prédios sem valor, a pessoas que necessitavam de participações na habitação degradada e por esta via ficavam prejudicadas.

A questão das áreas que também estava inscrita no diploma de 95, prejudicou alguns deferimentos de algumas candidaturas, porque não eram permitidos nenhuns artigos, nomeadamente prédios rústicos sem valor, mas pelo facto de estar inscrito em dois artigos nas finanças, acabava por constituir, de acordo com o 14/95, motivo para indeferimento, ou seja, um requisito negativo nas candidaturas.

Essa questão é ultrapassada. Será motivo de regulamentação, mas a intenção do Governo Regional é não prejudicar as pessoas que tenham prédios ainda que em outro artigo, até a uma determinada área que nos parece ser a área razoável nos Açores a partir da qual as pessoas não terão acesso a este novo diploma.

O Governo também entende que deve flexibilizar, de acordo com a experiência do diploma do sismo, a participação, usuários como proprietários e também usufrutuários, no sentido de permitir, de acordo com a definição do código civil, o acesso a estas situações, desde que elas se enquadrem na classe de rendimentos que está estabelecida no anexo ao diploma, ou seja, na classe I.

Além disso, este diploma introduz também uma nova filosofia ao nível da responsabilização de quem recebe os apoios, uma vez que este diploma o que prevê é um reforço estrutural em cada candidatura que é deferida e não só a intervenção pontual, isto é, uma candidatura para habitação degradada agora é vista como uma intervenção global em cada uma dessas habitações, ou seja, se

for preciso uma cobertura nova é dada ou se for preciso o reforço anti-sismico dessa habitação ele também será dado.

O montante atribuído a cada apoio vai, por esta via, aumentar atacando estruturalmente cada um dos casos que entretanto aparecerem como candidatura à habitação degradada.

O que se passava no actual sistema e modelo eram intervenções às vezes pontuais que significavam vários pedidos todos os anos das mesmas pessoas, por exemplo, às autarquias locais, nomeadamente às juntas de freguesia, para tentarem resolver problemas que perduravam anualmente porque as intervenções não eram globais.

Trata-se de entender esta filosofia de habitação degrada como um ataque à questão estrutural do nosso parque habitacional que, como se sabe e de acordo com o plano regional de habitação, em 1997, mais de 60% das nossas habitações tinham sido construídas antes de 1960 contendo grandes e graves problemas, não só ao nível da sua estrutura e resistência (ao nível de fenómenos sísmicos), como também tinha problemas que acabavam por chegar à administração em maior quantidade, no termo das candidaturas que eram solicitadas à administração regional.

O diploma de habitação degrada é o primeiro a vir à Assembleia, porque é este o programa mais solicitado pelos candidatos em matéria de participação na recuperação de habitação degrada.

A auto-responsabilização que o Governo entende que deve existir dos beneficiários é a existência e previsão neste diploma de um seguro que deve ser feito depois de ter sido deferida a candidatura, no sentido de cada beneficiário poder ter alguma responsabilidade no investimento que está feito ou em situações calamitosas que podem ocorrer e que normalmente levariam a administração a ocorrer uma segunda vez.

É claro que este tipo de seguro terá que ser visto em matéria a regulamentar, adaptado à estrutura remuneratória de cada família que é beneficiária dos

apoios. Nós já fizemos uma prospecção e isso significa que um seguro de recheio e um seguro contra raios, tempestades, incêndios, etc., ou seja, os seguros mais habituais, representa um esforço de 6 a 10 mil escudos por ano. Para nós qualquer família está em condições de poder cumprir este requisito que está previsto no diploma.

Em suma, o diploma tem uma nova filosofia fundamentalmente baseada numa intervenção estrutural, no entendimento e atendimento à questão da estrutura fundiária de algumas ilhas que até agora eram prejudicadas pelo facto das pessoas terem alguma coisa inscrita no seu nome que não tinha valor, mas que as impedia de concorrerem a este tipo de apoio à habitação e naturalmente uma maior responsabilização em quem recebe, nomeadamente pela necessidade e obrigatoriedade de ter um seguro para sua habitação.

Parece-nos que no ataque à habitação degrada, para além de se prever novos tipos de cooperação e de colaboração com instituições particulares de solidariedade social e com as autarquias locais, nós alargamos o âmbito deste diploma e colmatamos algumas lacunas que se têm vindo a fazer sentir de há 6 anos a esta parte, com o tipo de apoios que entretanto eram autorizados pela administração regional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Eu gostaria de informar a Câmara que o Partido Socialista apresentou uma série de propostas de alteração que eu já mandei distribuir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

No decorrer dos anos, a matéria que estamos a apreciar tem-nos merecido alguma preocupação e a nossa melhor atenção. Consideramos que ela poderá ir de encontro às necessidades do conjunto da população que ainda hoje vive em condições degradantes e que através destes dispositivos legais poderá ir melhorando a sua qualidade de vida.

Este diploma procura alterar o diploma sobre a mesma matéria, melhorando-o, mas aconteceu uma situação na comissão que nós consideramos de certo modo caricata, ou seja, este diploma chega aqui sem especialidade, na medida em que o próprio Partido Socialista em relação à especialidade absteve-se em Comissão, reservando a hipótese de em plenário aparecer com um grande conjunto de propostas de alteração, o que veio a acontecer.

Aliás, isso faz parte do relatório.

Penso que o Sr. Deputado Francisco Barros não está a aceitar perfeitamente aquilo que eu estou a dizer, mas o relatório aprovado, no que concerne à apreciação em Comissão, diz que a proposta de diploma em causa tem o parecer favorável do PS na generalidade, que reservou a sua posição para plenário quanto à especialidade. Isto está no relatório e foi isto que se passou nos trabalhos da Comissão. É por isso que eu digo que não houve votos a favor na especialidade.

É uma situação caricata e penso que é a primeira vez, pelo menos que eu me lembro, que sucede isto nesta Assembleia Legislativa Regional. Pareceres favoráveis e sem especialidade e chumbados é normal; votações na generalidade a favor e depois propostas de alteração discutidas na Comissão também é normal, agora sem especialidade, que eu me lembro, é a primeira vez.

Por outro lado, o Partido Socialista aparece aqui com um conjunto apreciável de propostas que nós ainda não tivemos oportunidade de analisar. Julgamos que era importante que as mesmas fossem analisadas e nós vamos analisar em profundidade.

Por isso mesmo, eu requeria ao Sr. Presidente da Assembleia, nos termos regimentais, uma interrupção dos nossos trabalhos para podermos apreciar as propostas que, no fundo, em nosso entender, vêm substituir, na especialidade, a proposta inicial.

Presidente: Os nossos trabalhos vão ser interrompidos por 30 minutos a requerimento do Sr. Deputado do PCP.

(Eram 19 horas)

Presidente: **Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.**

(Eram 19 horas e 40 minutos)

Recordo que estávamos a debater na generalidade o diploma sobre “o regime de participação na recuperação de habitação degradada”.

Continua aberta a discussão deste diploma na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, aproveitando o intervalo entretanto requerido pelo Grupo Parlamentar do PCP, analisou as propostas de alteração que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propôs à Assembleia.

A primeira constatação óbvia é a de que as alterações correspondem a mais de um terço dos artigos da proposta de Decreto Legislativo. O nosso entendimento é de que para um trabalho legislativo sério, para uma avaliação criteriosa de tão elevado volume de propostas de alteração, não se pode fazer num intervalo de 30 minutos uma análise rigorosa.

Este é um exemplo, mais um, a acrescer a todos estes trabalhos que têm decorrido desde ontem até hoje com inusitados percalços dos quais o PSD não tem a mínima responsabilidade, que revelam alguma ineficiência nos trabalhos do plenário e de alguma fraca produtividade.

Por isso, neste tom crítico, cordial, mas que evidencia um facto de como têm decorrido estes trabalhos, são sucessivos os intervalos, são manifestas as

preocupações com o próprio agendamento – aliás o Sr. Secretário, confuso com o modo como os trabalhos decorrem, já se adiantou num ponto do próprio período da ordem do dia – revelando por isso que as condições não estão a ser as melhores, o nosso entendimento, Sr. Presidente, é o de que o diploma em causa deve ser novamente analisado pela Comissão Parlamentar competente e avaliadas as propostas de alteração que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta ao mesmo.

Requeremos por isso a baixa do diploma à Comissão competente para nova análise.

Presidente: Srs. Deputados, temos presente um requerimento de baixa à Comissão, em função das propostas de alteração apresentadas pelo PS, que tem que ser votado.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra com que finalidade?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Para interpolar a Mesa, Sr. Presidente e para colocar uma dúvida.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, o requerimento que vai ser votada tem por base algum requisito formal?

Presidente: Sr. Deputado, com certeza. O artigo 156º diz que “até ao anúncio da votação podem 5 deputados, pelo menos, requerer a baixa do texto a qualquer Comissão para efeito de nova apreciação no prazo que for designado”.

(Pausa)

Srs. Deputados, foi formalizado por escrito o seguinte requerimento: “Os Deputados o PSD requerem a baixa à Comissão competente da Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 17/2001 – regime de recuperação de habitação degradada, para efeitos de nova apreciação nos termos regimentais aplicáveis no prazo de 30 dias”.

O requerimento está subscrito por 5 Srs. Deputados.

Vamos passar à votação

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O requerimento de baixa à Comissão foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.

Presidente: Vamos prosseguir com o debate na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já foi aqui referido pelo Presidente do meu Grupo Parlamentar, Deputado José Manuel Bolieiro, entendemos que face à dimensão das propostas de alteração em causa – em contas redondas, em 23 artigos alteram-se 18 – e, tendo em conta que muitas dessas alterações são de dimensão apreciável; tendo em conta que os trabalhos desta Assembleia, como foi referido, devem ser eficazes e produtivos de forma a que o processo legislativo decorra com a maior eficácia, clareza e sem deixar quaisquer tipo de dúvidas; tendo em conta que o processo legislativo tem como parte essencial a análise das propostas de diploma em Comissão no sentido de se perceber o sentido de cada um dos diplomas, de se perceber o que é que se pretende com cada um deles, de modo a que os deputados na apreciação e votação no plenário estejam cientes do que é que estão a votar, assistimos aqui a um acto legítimo, mas que altera de forma significativa o diploma. Portanto, em meia hora nenhum Deputado fica em condições, não conhecendo o conteúdo das propostas de alteração, para debater e estar ciente do que é que está em causa.

Por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do PSD não se considera em posição de debater, de analisar e votar em consciência o diploma em causa.

O PSD irá abster-se na votação do diploma, sendo certo que avaliou este diploma, tem ideias sobre ele, mas perante a dimensão da alteração, considera-se constrangido na sua posição séria e eficaz de participar no processo legislativo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.**

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:**

Eu gostaria de chamar a atenção da Câmara para duas coisas:

Em primeiro lugar, quando este diploma foi apreciado na Comissão, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista anunciou, desde logo, que iria apresentar propostas de alteração.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que estas propostas de alteração têm que ser vistas, por um lado, com o impacto que elas têm no todo do diploma e, por outro lado, tem que se ver se esse impacto é tanto como à primeira vista poderia parecer pelo número de propostas apresentadas.

Este é um caso típico de que a quantidade não significa qualidade...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): **Já tínhamos percebido isso!**

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, PP e PCP)

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, PP e PCP)

O Orador: **Não sei qual é o vosso espanto?!**

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): **A boca fugiu-lhe para a verdade!**

O Orador: As alterações propostas aqui têm 2 níveis de análise: as primeiras alterações não alteram o diploma em termos materiais e substantivos, e há uma outra que é aquela que faz parte do artigo 5º que foi introduzida aqui por suscitar algumas dúvidas, se fizesse parte da matéria regulamentar. Todas as outras são alterações que melhoram o diploma, por isso foram aceites pelo Governo Regional. Dou exemplos:

Quando se fala em apoios utilizou-se o critério de apoio e não de apoio e subsídio; quando se fala em Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, fala-se em Secretário com matéria na área de competência da habitação. Portanto, há aqui alterações que melhoram o diploma. Elas foram aceites e foi por isso que o Governo entendeu apresentá-las neste momento à câmara e naturalmente foi com o acordo do Grupo Parlamentar que estas propostas foram apresentadas.

Nós entendemos, nesta perspectiva, a posição do não entendimento dos outros grupos parlamentares que queriam a baixa à Comissão do diploma que tinha algumas alterações que revelavam impacto ao nível do artigo 5º, mas as outras alterações são mais ao nível de redacção e de estabelecer um critério que não altera minimamente a filosofia do diploma.

Portanto, o diploma está em condições de ser apreciado, sob o ponto de vista do Governo, porque tratam-se de pequenas alterações ao nível da técnica legislativa e aprimoram determinados artigos. No caso do artigo 5º, o que era previsto como matéria regulamentar, agora é visto em termos de matéria legislativa.

Esta é a posição do Governo. Não sei de que é que se riem, a não ser da vossa própria posição.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como sabem, eu acompanho o trabalho parlamentar há muitos anos e foi a primeira vez que vi, como o meu camarada Paulo Valadão chamou a atenção há pouco, uma votação de uma Comissão dizer que na generalidade a proposta foi aprovada pelo Partido Socialista. O PSD e o PCP reservaram a sua posição para plenário e na especialidade o Partido Socialista absteve-se. Portanto, não houve discussão na especialidade na Comissão.

Pergunto, porquê? Por que é que a Comissão não cumpriu o seu papel de discutir na especialidade? Se não podia nessa reunião, faria na reunião seguinte.

Por que é que o partido que apoia o Governo, que tinha propostas para fazer, as reserva apenas para plenário?

Esta questão é espantosa. Do ponto de vista parlamentar, isto introduz e subverte o funcionamento normal.

Eu estou na presença de alguns parlamentares ilustres desta Casa que sabem que é assim, porque são presidentes de Comissões – e estou a olhar para o Sr. Deputado Francisco Sousa – têm muita experiência e prática nesta técnica. Sabem que se tratou de uma anormalidade política e essa anormalidade tem que ser sublinhada e devia ter sido reposta. Deviam ter tido a humildade de fazer baixar à Comissão para que ela possa cumprir o seu papel. Não quiseram fazer isso!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Para o meu grupo parlamentar este diploma é muito importante. Quando chegarmos à votação na generalidade nós vamos abster-nos, exactamente devido à confusão que esta metodologia criou. Se durante a especialidade, com esforço, se conseguir chegar a uma plataforma razoável de um documento que visivelmente está mal feito em muitos aspectos, nós na votação global final não temos problemas em aprovar.

A maioria, por ser absoluta, tem que ter a noção que mesmo sendo absoluta, na condução do processo legislativo tem que respeitar todos os outros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Hernâni Jorge (PS): **É por isso mesmo que não há propostas da oposição, é por causa da maioria!**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.**

Deputado Vasco Cordeiro (PS): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Em primeiro lugar é necessário desdramatizar muitas coisas. Muito embora percebendo o incentivo que o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro poderá ter hoje para levantar dúvidas em relação à forma como os trabalhos estão a ser conduzidos, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista é importante que, face à posição do Grupo Parlamentar do PSD, fique claro aqui que estes trabalhos estão a ser conduzidos como muitas vezes já foram no passado, em sessões que por os motivos mais diversos e que não têm nada a ver com a condução dos trabalhos, são mais ou menos atribulados.

A confiança e o mérito da condução dos trabalhos mantêm-se inalterados.

Deputado Clélio Meneses (PSD): **O senhor é que está a falar disso. Parece um complexo!**

O Orador: **O Sr. Deputado falou de uma forma que não teve a coragem – e peço-lhe desculpa – de afirmar claramente aquilo que queria dizer.**

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): **O que eu disse mantenho!**

O Orador: **Como só insinuou, da nossa parte não há insinuação. Há a afirmação clara e inequívoca que os trabalhos estão a ser bem conduzidos e a sessão está a ser atribulada por um outro aspecto. Este é o primeiro ponto que gostaria de esclarecer.**

Relativamente à forma como este diploma foi apreciado em Comissão, o Sr. Deputado José Decq Mota verá, em relação ao relatório, que o Partido Socialista, tendo em conta algumas alterações que estavam em estudo, absteve-

se na especialidade. Isto não quer dizer que não tenha havido discussão do diploma. O resultado da votação não quer dizer que não tenha havido discussão do diploma na especialidade.

O segundo aspecto que é importante tornar claro, é que na Comissão de Política Geral houve discussão deste diploma. Apenas em relação a algumas propostas de alteração que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entendia como relevantes aprofundar o seu estudo, não houve uma decisão em termos de voto favorável ou contra a esse nível, em sede de apreciação na Comissão.

Terceiro aspecto que me parece essencial:

Quaisquer cinco deputados desta Casa têm o direito de requerer que o documento baixe à Comissão. Quaisquer outros deputados desta Casa têm o direito de entender que o documento não deve baixar à Comissão.

É por isso precipitada e demagógica a acusação mesquinha de que é arrogância para aqui, arrogância para ali.

Os senhores exerceram um direito, nós exercemos outro direito.

Se a questão formal se coloca a esse nível, então vamos à questão de mérito – eu peço desculpa mas é imprescindível fazer referência em relação ao diploma e às propostas de alteração que são feitas pelo Grupo Parlamentar do PS.

Se os senhores nos 30 minutos que foram legitimamente pedidos tiveram a possibilidade de passar os olhos (não é estudar em profundidade!) em relação a estas propostas de alteração, o que viram foi que na sua esmagadora maioria elas dizem respeito a aperfeiçoamentos de forma, a aperfeiçoamentos de escrita, de estilo legislativo, que nos parecem essenciais que um diploma que sai desta Casa deve ter.

Porém, há uma questão que se levanta em relação a um desses artigos. Nós estamos aqui inteiramente disponíveis para discutir e aprofundar a sua discussão, análise e conseqüentemente a sua votação.

Eu folgo em saber da parte do Sr. Deputado José Decq Mota a posição que demonstra relativamente a essa abertura. Houve um requerimento de baixa à Comissão que foi rejeitado. Agora vamos discutir. Se entender que ficou convencido vota a favor, se não entender vota contra. Muito bem!

Agora não posso, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, admitir o levantarem-se aqui insinuações sem fundamento sobre a questão da condução dos trabalhos e o querer fazer-se de um processo perfeitamente normal e regimentalmente previsto, o grande acontecimento que põe em causa o funcionamento da Assembleia.

Mas há uma questão que me esqueci e que é importante relevar. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista assim que concluiu a análise às questões que entendeu serem relevantes de aperfeiçoar, tirou fotocópias e entregou a cada um dos líderes parlamentares.

Os senhores não podem exigir ao Grupo Parlamentar do PS que seguiu pelos seus timings. Nem sequer é a questão do timing. Assim que concluímos os trabalhos facultámos imediatamente ao plenário e a todos os líderes parlamentares as nossas propostas de alteração.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quando é que foi? Foi há pouco!

O Orador: Salientado, em primeiro lugar, que estas propostas, na sua esmagadora maioria, dizem respeito a melhoramentos de prática, de estilo, de modelo legislativo, e em segundo lugar, que assim que concluiu isso foi feito, não existe, em nosso entender e modesta opinião, qualquer problema em passarmos para análise desta matéria.

Era esta a posição que, nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, eu queria deixar expressa aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, já ultrapassámos o nosso tempo regimental. Eu ainda tenho dois deputados inscritos aos quais vou conceder a palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (*PS*): **Prescindo.**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.**

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiro, uma breve nota para repudiar e devolver à procedência qualquer daquelas acusações que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro quis dirigir ao Grupo Parlamentar do PSD.

Mesquinhez, arrogância, ou o que quer que seja desta qualidade de adjetivos, fica para quem os dirigiu à bancada do PSD.

Segundo, corrigir a persistência na interpretação de conveniência que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro quis fazer às minhas palavras. Em circunstância alguma eu dirigi uma crítica à condução dos trabalhos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Peço-lhe desculpa, enganei-me!

O Orador: Os trabalhos estão a decorrer de forma anormal, anormalidades até promovidas pela bancada do Partido Socialista ou pelo Governo. Aliás, a sua habilidade, Sr. Deputado, foi querer dirigir a minha nota crítica relativamente ao decurso dos trabalhos ao Sr. Presidente, para assim disfarçar um apoio solidário ao Sr. Presidente da Assembleia, a quem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem dificultado a vida na condução dos trabalhos. Essa é que é a verdade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Deputado, para quem quer um trabalho sério, fazendo uma reflexão sobre o que se passou ontem e hoje devia, com humildade, pensar bem, é esta a normalidade do processo legislativo nesta Casa? É esta a imagem que melhor favorece o Parlamento no exterior com a sucessão de intervalos...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Quem é que os pediu?!

O Orador: ... e com a dificuldade dos agendamentos que têm ocorrido agora?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Sr. Deputado esteve na conferência de líderes?

O Orador: Devo dizer-lhe que na conferência de líderes falei nesse assunto. Na reunião da Comissão dos Assuntos Parlamentares, da qual faço parte, levantei esta questão. Portanto, tenho toda a legitimidade para, repetidamente, falar aqui sobre esta matéria.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Outra preocupação que o senhor devia ter em vez de apenas verberar ataques ao Grupo Parlamentar do PSD, é de que o processo legislativo seja feito com preparação não só pela bancada da maioria do Partido Socialista, mas por todo o Parlamento. Aqui está a pluralidade da representação dos açorianos.

Portanto, não são só os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que devem estar preparados para o debate do processo legislativo.

A verdade é que até por princípios gerais – para não falar no aparte que aliás comentei do Sr. Secretário Regional que acabou por dizer que afinal as propostas de alteração são só quantidade, a qualidade deixa muito a desejar – o próprio diploma repete duas vezes o artigo 21º. Portanto, há aqui situações de negligência absoluta.

O PSD não se pauta pela negligência em matéria legislativa. Tem a preocupação de que do Parlamento saia qualidade.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é bem isso?

O Orador: Conhece o Regimento, Sr. Deputado Vasco Cordeiro? Leia o artigo 152º e veja qual é o espírito do Regimento.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu conheço o Regimento!

O Orador: Não, não conhece, Sr. Deputado. Se conhecesse não tinha dito o que disse.

“Nenhum projecto ou proposta de decreto legislativo regional, proposta de resolução ou parecer da comissão, pode ser discutida em reunião plenária sem ter sido publicado no *Diário* ou distribuído em folhas avulsas aos Deputados, com a antecedência de, pelo menos 3 dias...”

Deputado Hernâni Jorge (PS): O que é que isso tem a ver com as alterações? As alterações não podem surgir durante o debate?

O Orador: Sr. Deputado, é o espírito, é o princípio da preparação e do tempo a que têm direito os deputados da oposição para analisar tão elevado número de propostas de alteração.

Deputado Hernâni Jorge (PS): As alterações não podem surgir durante o debate?

O Orador: Srs. Deputados é o princípio que inspira os decretos legislativos regionais. É o princípio de que não se está a legislar levianamente. É preciso análise, ponderação.

Os senhores não se preocupam com a negligência no processo legislativo?

Hoje, temos duas devoluções nesta Assembleia pelo Ministro da República. É essa a vossa prática?

Deputados Mark Marques e Joaquim Machado (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Nós não alinhamos nesse percurso.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Num exercício de humildade gostava muito de lhe dizer que não apresentou uma vez que fosse um argumento de urgência, um argumento de tragédia para os destinatários deste produto legislativo, caso ele fosse atrasado. Apenas quis exercer, com o peso da maioria absoluta, um voto contra uma proposta humilde e cordial de melhor análise deste processo na Comissão competente.

Não vejo nenhum argumento de urgência ou de tragédia para o destinatário desse processo.

Portanto, Sr. Deputado, registre que da parte do PSD há o cuidado e a preocupação de ter tempo para analisar os diplomas, para poder fazer uma observação criteriosa destas propostas de alteração.

Os Srs. Deputados não justificaram nada.

O senhor limitou-se, num exercício de prepotência em relação à bancada da oposição e em particular do PSD, em adjectivar a nossa postura pelos tons mais desgastantes, não do destinatário da mensagem, mas do emitente, que é o senhor.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não justifica urgência. Apenas quer fazer como quer, quando quer e como pode.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada PSD)

Presidente Srs. Deputados, eu queria lembrar que na conferência de líderes foi acordado que os trabalhos podiam prolongar um pouco mais das 20 horas se se tivesse a terminar o debate de algum diploma.

Nós ainda estamos a discutir na generalidade este diploma.

São 20 horas e 15 minutos. Eu creio que devo interromper os trabalhos nesta altura.

A nossa sessão amanhã está marcada para as 10 horas.

Gostava de saber da parte dos líderes parlamentares se encerro os trabalhos a esta hora ou se a conferência decide outra coisa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para interpelar a Mesa no sentido de me esclarecer se em relação a propostas de alteração a um diploma que segue o seu curso normal, é necessária a justificação de urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, é prática desta Casa, e tem sido sempre assim, que as propostas de alteração são apresentadas no próprio plenário. Todos os partidos fazem isso há largos anos, como todos sabem.

Portanto, não é absolutamente necessária a justificação de urgência.

É apenas cordial dar tempo aos outros partidos para apreciarem as propostas.

Os nosso trabalhos encerram por hoje e retomamos amanhã às 10 horas.

(Eram 20 horas e 15 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Popular (PP)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

José do Nascimento de Ávila

Manuel Soares da Silveira

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco.